



Núbia de Sousa Rodrigues

**LÍNGUAS COMO ESPAÇO DE LIBERDADE:
línguas africanas na Paraíba na primeira metade do
século XIX**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura
em História.

Orientadora: Profa. Dra. Iamara Vianna

Rio de Janeiro, Dezembro de 2020

Dedico este projeto a todos os homens, mulheres e crianças escravizados nessas terras, cujas vozes foram por muito tempo silenciadas.

Agradecimentos

Ao longo dessa jornada, são inúmeros os agradecimentos que devo externalizar. No entanto, me faltaria espaço aqui para tal. Ou talvez me faltassem as palavras para expressar corretamente minha gratidão. Contudo, não poderia deixar de expressar meus sentimentos nesse momento de tamanha felicidade.

Agradeço primeiramente a minha mãe, Maria. Mulher nordestina, guerreira, que sempre priorizou meus estudos. Certa vez me disse que a educação seria a única herança que poderia me deixar. Todavia, me deixará muito mais.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela oportunidade que me fora concedida de cursar uma graduação de tão alto nível, me dando todo suporte necessário nessa empreitada. Além disso, não poderia deixar de agradecer ao Programa Universidade para Todos (ProUni) pela bolsa integral, sem a qual não teria condições de entrar e permanecer numa Universidade do porte da PUC-Rio. Estendo meu agradecimento também a todos os funcionários da PUC, especialmente aos funcionários do Departamento de História, que sempre estiveram prontos para me ajudar quando precisei.

Aos meus professores, não tenho outra palavra a não ser obrigada. Os levarei comigo sempre, na memória e no coração. Grande parte do que sou e do que serei profissionalmente, é graças a contribuição de cada professor que passou pela minha formação.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dra. Iamara Vianna, que se dispôs a embarcar comigo nesse projeto. Graças as suas aulas, as nossas conversas, e a sua orientação, amadureci muito academicamente. Minha gratidão se destina também, a minha leitora crítica, que por sinal fora a mesma que me apresentou a temática das línguas africanas. À Prof.^a Dra. Ivana Stolze Lima, exprimo meus sinceros agradecimentos pela oportunidade que me concedeu.

Agradeço também ao Cnpq pelas bolsas que me foram concedidas ao longo da graduação, como bolsista PIBID e PIBIC. Assim como ao Museu de Astronomia e Ciências Afins que me concedeu a oportunidade de trabalhar como pesquisadora sob a orientação da Dra. Marta Almeida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço nominalmente aos meus amigos, sem os quais eu não conseguiria finalizar essa graduação: Gabriela, Fernando Luiz, Beatriz, Adritielle, Julia, Luiz Carlos, Matheus, Malice. Foram inúmeras as vezes em que pensei em desistir, porém, vocês acreditaram em mim quando eu mesma não pude.

Obrigada.

Resumo

Este estudo tem como objetivo, compreender a conjuntura na qual os africanos, em especial, os escravizados, estavam inseridos na Paraíba durante a primeira metade do século XIX. Assim como, apontar os elementos de resistência escrava – nos seus mais diversos aspectos – nesse contexto. Com relação à questão linguística, buscaremos identificar quais línguas africanas encontravam-se nesse contexto socioespacial. Visando esse fim, buscaremos averiguar as origens das vítimas do tráfico transatlântico de escravizados, pontuando, se possível, as respectivas línguas faladas em sua terra natal. Para tal fim, examinaremos como essas línguas são apresentadas na documentação da época e quais são os tipos de registros documentais disponíveis para pensarmos nessas questões. Por fim, buscaremos assinalar como essas línguas se manifestam quando se trata de resistência escrava.

Palavras-chave: Línguas africanas; Paraíba; Escravidão.

Abstract

This research aims to understand the conjuncture in which Africans, especially those who were enslaved, were inserted in Paraíba during the first half of the 19th century. As well as pointing out the elements of slave resistance - in its most diverse aspects - in this context. Regarding the linguistic issue, we will try to identify which African languages were present in this socio-spatial context. To this end, we will seek to ascertain the origins of the victims of the transatlantic slave trade, punctuating, if possible, the respective languages spoken in their homeland. To this end, we will examine how these languages are presented in the documentation of the time and what types of documentary records are available to think about these issues. Finally, we will try to point out how these languages manifest themselves when it comes to slave resistance.

Palavras-chave: African languages; Paraíba; Slavery

Sumário

	Introdução	7
1	Os arquivos do silêncio	14
1.1	Contextualizando o debate historiográfico acerca da escravidão	16
1.2	A população africana na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	20
2	Entre portos e navios: a Paraíba no mundo transatlântico . .	26
2.1	As rotas do tráfico negreiro: entre a legalidade e o contrabando	31
3	Alteridade: Estados nacionais e o “outro”	39
3.1	Unidade nacional e o problema das línguas indesejadas	44
4	“Escravos fugidos”: os anúncios de jornais e a resistência na experiência da fuga	51
5	Conclusão	62
	Bibliografia	64
	Referências	71

Introdução

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criam, são os homens que a história quer capturar.

(Marc Bloch, **Apologia da História**)

Em 15 de fevereiro de 1837, lia-se na seção de “escravos fugidos” do Diário de Pernambuco, o seguinte anúncio:

A 16 de Agosto próximo passado fugiu José, escravo de Joze Leão de Castro, tem os sinais seguintes, alto, seco, rosto comprido, um dente quebrado na frente, um olho que não abre bem a pestana, pés grandes, bicudo da boca, parece crioulo, sendo de Angola, nação Cassange, que não fala a língua de Angola, oficial de sapateiro e consta andar pela cidade da Paraíba, quem o trouxer receberá 20\$000 réis de gratificação.¹

Nesse breve anúncio, tomamos conhecimento de uma pequena parte da vida de José. Homem que no ato da fuga, assemelhava-se com milhares de outros escravizados, por terem usado deste mesmo mecanismo de resistência, de modo a sobreviver a barbárie do sistema escravista no século XIX. José, como cerca de 12 milhões de africanos, fora aprisionado e submetido a travessia atlântica em condições subumanas, com a finalidade de ser utilizado como força de trabalho na América². Ressaltamos que segundo Ivana Stolze Lima, apenas na primeira metade do século XIX, estima-se o desembarque de quase 2 milhões de africanos no Brasil³.

No entanto, José exemplifica a figura do sujeito escravizado que foge ao estereótipo de vítima, por bastante tempo perpetuado na nossa historiografia. Nosso personagem, mesmo em meio às adversidades características do sistema escravocrata, encontra meios de sobreviver e de reescrever sua própria história. Mesmo que não saibamos mais sobre a sua vida, ou o que lhe aconteceu além da notícia de sua fuga, vemos que ele, assim como outros tantos, buscou ressignificar sua existência dentro de uma sociedade estratificada, como aquela da primeira metade do século XIX.

Assim, a notícia da fuga de José levanta inúmeros questionamentos, sobre o modo como se caracterizou o sistema escravista na primeira metade do século XIX,

¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1837.

² Cf. Trans-Atlantic Slaves Trade Database (<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>). Acesso em: 31 de Agosto de 2020.

³ LIMA, Ivana Stolze. **Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica**. Est. Hist., Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p.352-369, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Agosto de 2019.

especialmente na região da Paraíba. Portanto, desde já, gostaríamos de fazer alguns apontamentos sobre nosso sujeito histórico, que buscaremos, se possível, responder ao longo deste trabalho. Em vista disso, fica aqui nosso convite ao leitor.

Um dos primeiros pontos que gostaríamos de salientar, é que José aparentemente morava em Pernambuco e foge para a capitania/província da Paraíba, e aqui começamos a registrar nossos questionamentos. O que motiva José a fugir para tal região? Como veremos no decorrer dessa pesquisa, a região da Paraíba era periférica tanto na economia brasileira, quanto no que diz respeito ao tráfico de africanos. Matheus Silveira Guimarães, ao analisar a presença africana na cidade da Parahyba do Norte (capital da província), através dos livros de batismo entre os anos de 1833 e 1860 apresenta um valor de 0,64% da população da capital como sendo africana – sendo ainda menor quando pensado na condição de cativo⁴. Logo, concluímos que a parcela negra⁵ da população nesse período é pouca, mesmo que significativa, principalmente se compararmos com regiões como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Então, como ele fez para passar despercebido? Que rotas utilizou? Direcionou-se para o centro urbano e se fez passar por livre ou liberto? Preferiu se embrenhar nas matas de modo a se manter escondido?

Salientamos, portanto, às palavras de Gomes em relação aos sujeitos fúgitivos, quando ele diz que os mesmos não eram obrigados a viver no mato “passando frio e fome”, pois, a cidade também era uma opção, tendo em vista que ali poderiam acionar “as redes de solidariedade e proteção da comunidade escrava”⁶. Por conseguinte, podemos entender esse fúgitivo como um sujeito que não era fechado em si. Ele necessitava de interação com os demais para que sua fuga fosse bem sucedida – mesmo que a duração fosse pouca. No entanto, como o anúncio também demonstra, homens como Joze Leão de Castro, senhor de José, não toleraria sua fuga, e fariam o possível para reaver seus “bens marginais”⁷.

Nesse anúncio também podemos perceber que havia uma rota de fuga entre as duas regiões, além de uma rota comercial, como averiguaremos mais a frente. Além disso, constatamos como segundo consta no anúncio, que o mesmo “parecia crioulo”. Logo, podemos deduzir que ele detinha certo domínio da língua portuguesa, apesar

⁴ GUIMARÃES, Matheus Silveira. **A presença da população africana na cidade da Parahyba do Norte**: uma análise a partir dos registros eclesiásticos de batismo (1833-1860). XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548875178_47a6857c10f1f4c73d5d1e47d2c298e2.pdf. Acesso em: 14 de Setembro de 2019.

⁵ Utilizamos o termo **negro** ou **negra** para referenciar todos os grupos étnicos procedentes da África trazidos para o Brasil, assim como seus descendentes.

⁶ GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003. p.67.

⁷ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010. p.24. A autora fala de “bens marginais”, pois mesmo sendo fúgitivos, os escravizados continuavam sendo relacionados como “bem” nos inventários post-mortem dos senhores.

de sua origem. Era angolano, de nação Cassange⁸. Quanto ao uso das terminologias de cunho racial, Rocha afirma que “um africano poderia ser chamado de ‘negro’ ou ‘preto’, já os seus filhos costumavam acrescentar o termo de ‘crioulo’ – termo para os escravos nascidos na América⁹”.

Aqui, gostaríamos de fazer uma breve observação. Apesar de constar Angola como seu local de origem, não temos certeza quanto ao seu “grupo étnico”. Assim, decidimos utilizar o termo “grupo de procedência”, para uma definição macro no que diz respeito às identidades dos sujeitos que aqui abordaremos¹⁰. Optamos por essa terminologia porque encontramos certa dificuldade no que se refere às fontes, pois, as mesmas não nos dão condições para uma análise de cunho demográfico. Outro ponto, é o fator das denominações das “nações” serem definidas por europeus. Tais definições eram feitas a partir dos portos de embarque ou até mesmo por alguns escravizados africanos como uma ferramenta para que criassem uma identidade nessas terras. Logo, nos ateremos apenas ao fato dos nossos sujeitos serem africanos na condição de cativos. Isto, dada a impossibilidade de averiguação de seu local de nascimento.

Dando prosseguimento a história de José, vemos que a pessoa que faz o anúncio, diz que o mesmo “não fala a língua de Angola”. Tal informação nos leva a questionar a que língua fazem referência. Por fim, destaca-se que José também tem um ofício, que o torna mais valioso para o seu senhor. Salientando que, apenas por ser africano seu preço já era elevado.

Expresso alguns dos questionamentos que esse breve anúncio levanta, gostaríamos de justificar ao nosso leitor as motivações que nos levaram a escolha de tal tema. Como pode ser percebido, nosso objeto de pesquisa se localiza dentro de um espaço-tempo específico, sendo ele a capitania/província da Paraíba na primeira metade do século XIX, entre os anos de 1820 e 1850. Entretanto, como os estudos sobre a escravidão oferecem um leque abrangente de possibilidades de pesquisa, buscaremos focar nossa investigação, principalmente, na questão linguística. Portanto, podemos dizer que a escolha do nosso tema se deu a partir de

⁸ Ibid., p.87. A autora aponta para o predomínio de africanos provenientes de Angola, na região da Paraíba.

⁹ ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial**. Portuguese Studies Review, Vol. 14, No. 1, 2006. p. 297-298.

¹⁰ Indicamos para conhecimento acerca dos grupos étnicos africanos, no Brasil e na África, a obra de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. No que diz respeito aos grupos de procedência na Paraíba, no período imperial, indicamos as leituras de ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007; e, LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande - Século XIX. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

dois momentos e mediante algumas motivações de cunho acadêmico e pessoal.

O primeiro momento, foi quando passamos a ter contato com a historiografia da escravidão, situando-se basicamente no eixo sul/sudeste. Consequentemente, nos deparamos com a falta de informações, na graduação, a qual abarcasse o sistema escravista na região nordeste, para além da Bahia e Pernambuco. O segundo, foi quando colaboramos, por pouco tempo, com um projeto de pesquisa executado na Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a orientação da historiadora Ivana Stolze Lima, que tinha por base a *Obra Nova de Língua Geral de Mina (1741)* de Antônio da Costa Peixoto. Esse foi o primeiro contato estabelecido com a questão do uso social da língua. A partir desse momento, passamos a nos interessar mais por essa nova abordagem, presente no arcabouço dos estudos historiográficos do complexo sistema escravocrata.

Por conseguinte, o interesse de cunho acadêmico, se deu pela falta de mais estudos sobre as línguas africanas no Brasil, apesar de já existirem alguns que são extremamente importantes¹¹. Além do mais, compreendemos que a língua é um dos aspectos que desempenha papel fundamental quando pensamos no convívio social. Logo, esse fato leva ao questionamento de como teria se caracterizado a sociedade Oitocentista paraibana, que além das línguas europeias ainda contavam com a diversidade linguística africana, dada a origem dos escravizados, e aquelas próprias dos povos indígenas que ali viviam.

Ademais, averiguamos haver inúmeras e riquíssimas pesquisas sobre a escravidão na região do atual estado da Paraíba. Todavia, quase nada localizamos a respeito de estudos que abarcassem as línguas africanas, no recorte espaço-temporal selecionado para esta investigação. Há, portanto, uma ligação entre nossas motivações acadêmicas e pessoais, pois, desejamos nos aprofundar nesse tema.

Ressaltamos, à vista disso, nossos anseios de que esse trabalho contribua para o estudo da escravidão em si. Para a compreensão de como se deu a escravidão na região da Paraíba a partir de uma nova abordagem, pouco explorada, porém, de importância considerável. Tendo em vista que, há uma tentativa de compreender como essa sociedade se organizava, e como seus agentes se posicionavam quanto a questão das línguas dos escravizados. Para isso, utilizaremos como fontes, basicamente, os anúncios de fuga. Pois, nessas publicações, ao contrário do que vemos em anúncios de compra e venda, a língua é utilizada como um marcador de distinção do escravizado. Mesmo que essas fontes já tenham sido trabalhadas, propomos com essa investigação uma nova abordagem, voltada especificamente para o viés social da língua, procurando assim preencher

¹¹ Dentre os estudos que abordam as línguas africanas no Brasil, e a questão da língua de forma geral, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Ivana Stolze Lima, Margarida Maria Taddoni Petter, Tânia Maria Alkmim e Yeda Pessoa de Castro.

essa lacuna nos estudos historiográficos da escravidão na Paraíba. Entretanto, desde já salientamos que as fontes são poucas e esparsas, assim, buscaremos fazer uma conexão com outros registros.

Além disso, essa perspectiva também nos ajuda a entender como se configurou a diáspora africana nesta região. Logo, é possível que façamos um balanço do local de procedência desses escravizados através de anúncios de fugas. Não obstante, esse novo olhar também nos permite o discernimento de como estava estruturada a sociabilidade e os seus espaços, tendo em vista, os sujeitos centrais desta pesquisa. Ademais, é possível também que se sobressaia o modo como os poderes governamentais da época lidavam com essa questão. Neste sentido, é relevante notar como essa população negra, encontrava-se estabelecida na Província da Paraíba e como a língua fora utilizada nos mais diversos momentos e aspectos dentro desse recorte.

Para além das motivações expostas anteriormente, não podemos deixar de ressaltar a importância social da pesquisa. Seu cunho social está centrado principalmente nas demandas do movimento negro, assim como da própria historiografia. Expressa através da lei 10.639/03 das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana”, que torna obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira¹². Com isso, procuraremos combater a ideia há muito disseminada de que a “África não tem história”, até porque, a história do Brasil como nação está intrinsecamente ligada aos povos que aqui se estabeleceram. Assim como, os discursos que tentam amenizar a violência praticada por séculos contra a população negra, e que se perpetua até o tempo presente.

Visando nosso tema que delimita a questão das línguas, ressaltamos a importância dos povos africanos até mesmo para a expansão do uso do português no território brasileiro. Tal como, a influência das línguas africanas na formação da língua nacional. Nessa perspectiva, buscaremos despertar a reflexão sobre a importância da abordagem desse tema em sala de aula, ressignificando o negro como um sujeito histórico, uma vez que, esperamos que esta monografia auxilie no destacar do negro como protagonista na história nacional e de sua própria história.

Em suma, o objetivo dessa monografia é a investigação da presença de línguas africanas na então capitania/província da Paraíba na primeira metade do século XIX. Apesar de o tráfico de escravizados estar oficialmente proibido – citamos a Lei de 7 de novembro 1831, que impunha sua proibição. Antecedente da Lei Eusébio de

¹² Lei 10.639 de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2019.

Queiroz, datada de 4 de setembro de 1850. Optamos por esse recorte espaço temporal, por entender que há uma lacuna nos estudos sobre a escravidão, principalmente no que tange as línguas maternas dos escravizados de origem africana¹³.

Além disso, utilizamos a questão linguística como meio de análise para compreendermos sua importância social. Para isso, utilizamos a perspectiva da língua como elemento aglutinador, de resistência e coerção, tendo em vista o que nos salienta Margarida Petter, ao pontuar que as indagações no que diz respeito às línguas utilizadas por esse contingente de escravizados africanos no Brasil, ainda não estarem satisfatoriamente respondidas¹⁴. A partir disso, buscaremos compreender com essa pesquisa, primeiramente, quais eram essas línguas, tendo em vista a procedência dos escravizados que foram traficados para a região; como essas línguas se apresentam nesse território e seus espaços de sociabilidade; e qual sua relevância social no âmbito da resistência e da agregação comunitária.

Isto posto, pontuamos a proposta deste trabalho dividindo-as em dois eixos principais. O primeiro, remete a uma abrangência mais geral da questão do sistema escravista na região da Paraíba, durante a primeira metade do século XIX. Período em que o tráfico de escravizados ainda estava em voga, mesmo mediante ilegalidade. O segundo, diz respeito a questão das línguas africanas faladas nesse território especificamente. Temos por base para essa abordagem, a compreensão de que as vítimas da diáspora africana conservaram suas línguas maternas. Mesmo diante da tentativa de privação de todos os outros aspectos culturais, com os quais se identificavam com sua terra natal. Pelo menos, até a implementação de políticas linguísticas que impunham um único idioma – o português brasileiro ou língua nacional, como bem cita Ivana Stolze Lima ao empregar o conceito de construtores e herdeiros para abordar a dimensão de herança de um português de Portugal. Assim como, de uma expansão interna da dita língua nacional, a moldar-se com suas cores e peculiaridades¹⁵.

Quanto a organização desta pesquisa temos 4 capítulos. O primeiro versará sobre o debate historiográfico acerca da temática da escravidão. Pontuaremos nesse capítulo, além dos marcos presentes na historiografia, o modo como são produzidos os estudos sobre a escravidão na Paraíba. Assim, dividiremos este capítulo em duas seções para que nosso leitor tenha uma visão mais clara sobre a forma que essa narrativa se construiu em âmbito nacional e regional. Destacaremos, portanto,

¹³ Sobre as línguas africanas, ver PETTER, Margarida. **Línguas africanas e línguas do tráfico**. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO Laura do. (Org.). História social da língua nacional 2: diáspora africana. Rio de Janeiro: NAU, 2014. 345-352.

¹⁴ Ibid., p.19-39.

¹⁵ LIMA, Ivana Stolze. **A língua nacional no Império do Brasil**. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo H. (Org.). O Brasil Imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2, p. 446-497.

numa perspectiva regionalista, a produção desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que por muitos anos fora hegemônico.

O segundo capítulo tem por base uma concepção econômica, pois, acreditamos ser de suma importância entendermos a conjuntura da capitania/provincia da Paraíba, nos mais diversos aspectos, principalmente no que se refere a comercialização de africanos escravizados. Ademais, esse olhar nos auxilia na compreensão sobre a forma que essa região se inseriu no comércio transatlântico e interprovincial, mesmo após a proibição do tráfico negreiro. Por fim, ao assimilar tais informações, poderemos vislumbrar um quadro acerca dos lugares de procedência desses sujeitos históricos.

Nosso terceiro capítulo abordará a questão linguística e a imposição da língua portuguesa no território brasileiro. Versaremos, nesta etapa, sobre as línguas presentes na região, as disputas travadas neste âmbito, e, principalmente, o papel do negro na expansão do português, assim como a manutenção de suas línguas maternas. Além disso, ressaltaremos a contribuição das línguas africanas para a formação da língua nacional e o modo como essa influência é vista pelos contemporâneos e estudiosos a posteriori.

E no quarto, mas não menos importante, refletiremos acerca dos atos de resistência, especialmente no que diz respeito as fugas. Nos utilizando dos anúncios de escravos fugitivos, buscaremos identificar os elementos característicos que os distinguiam através do falar. No mais, procuraremos interpretar como essa sociedade, especificamente as autoridades políticas e de mando, se comportam com relação às línguas africanas. Além disso, pretendemos distinguir as motivações das fugas, como eram elaboradas, as redes de solidariedades e o comportamento dos senhores para com seus bens, enquanto fugitivos e quando reavidos.

1 Os arquivos do silêncio

Quando pensamos em abordar a temática da linguística de escravizados africanos no Império do Brasil na primeira metade do século XIX, nos deparamos com aquilo que poderíamos chamar de “lacunas” ou “silêncios” da historiografia. Assim, nos faremos valer de alguns conceitos teóricos para compreendermos a questão da língua no âmbito da proposta que nos dispomos a trabalhar. A princípio, buscaremos refletir acerca dos silêncios da História, e para isso utilizaremos da afirmação de Jacques Le Goff, sobre a necessidade que há em interrogar-se não apenas sobre os esquecimentos, como também sobre as lacunas presentes na história. No nosso caso, usaremos isso para compreender o hiato presente com relação à questão linguística, especialmente aquela que se refere às línguas africanas na região da Província da Paraíba. Como também, com relação à própria escravização de negros africanos nessa região durante o século XIX. Sendo assim, ressaltamos as palavras de Le Goff acerca desses espaços em branco e do nosso papel como historiador.

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos das ausências de documentos.¹

Ademais, entendemos a língua como um sistema complexo utilizado para fins de comunicação, porém, que também desempenha diversas funções, as quais em suma possibilitam a produção de sentido². Tendo por base essa ideia, utilizaremos do conceito teórico abordado por Pierre Guisan, sobre a ambiguidade do conceito da língua onde uma língua se estabelece a partir da negação do *outro*. Faremos valer essa ideia para compreendermos qual era o posicionamento da sociedade diante das línguas africanas no território da Paraíba. Ressaltamos as palavras de Guisan para entendermos tal comportamento em um período onde o português estava em vias de consolidação como língua nacional.

[...] o Outro preencher um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá a função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza” [...].³

¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

² MELLO, Heliana. **Conceitos linguísticos**. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.) História Social da língua nacional 2: diáspora africana. Rio de Janeiro: NAU, 2014. p. 363

³ GUIBAN, Pierre. **Língua: a ambiguidade do conceito**. In: SAVEDRA, M. M. G.; SALGADO, A.C.P (orgs.). Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 18

É com base nessa perspectiva, que também abordaremos a ideia de “fronteiras linguísticas e ‘*continuum*””, onde as fronteiras geográficas, territórios delimitados e precisos, no qual uma única língua lhe é atribuída como identitária, é vista meramente de modo ilusório; e a ideia de *continuum*, que atenderá melhor nossa abordagem, pois a abordaremos como um contraponto, uma vez que, a compreendemos conforme uma variedade linguística presente em um território sem fronteiras e sem delimitações, que estão constantemente em contato e mesclando-se entre si. Recorreremos a este conceito para compreendermos qual o lugar das línguas africanas na história da escravidão paraibana na primeira metade do século XIX. Problematizando a ideia de fronteiras e territórios, e da negação do outro. Já que esses sujeitos escravizados estavam inseridos em uma região onde, já haviam diferentes línguas faladas pelos povos que a habitavam – os indígenas. E, que posteriormente vão disputar espaços e serão subjugadas pela língua oficial do Império.

Em suma, esses conceitos serão utilizados para refletir de forma crítica os esquecimentos e apagamentos que a língua atrelada a essa parcela da população, que fez e faz parte ativamente da história nacional sofreu e ainda sofre. Tendo por plano de fundo esses conceitos, analisaremos as fontes localizadas para traçar um panorama de quais línguas estiveram presentes no território foco desta pesquisa. Tendo em vista as origens dos sujeitos descritos nesta documentação. Além disso, em alguns casos são apresentados o modo como falam esses indivíduos, o que nos ajudará a traçar um quadro relativo ao domínio do português ou de outra língua, que não os idiomas maternos africanos, por parte dos mesmos.

Por fim, acreditamos na contribuição desta pesquisa para melhor compreensão das diferentes identidades dos povos afro-brasileiros visando a afirmação identitária dos mesmos na região da Paraíba. Salientando os dados do censo 2010⁴, no qual 58.6% da população se declarou preta e parda, esperamos resgatar uma memória a muito relegada aos confins do esquecimento por parte da historiografia da escravidão. Onde não se aborda a importância social das línguas africanas nesse espaço como mais um dos mecanismos de sobrevivência e resistência dos ancestrais dessa população. Assim, ressaltamos mais um dos aspectos cruéis dos quais esses sujeitos africanos e seus descendentes, subjugados a partir do fenômeno da diáspora, foram submetidos através dos séculos, pois, compreendemos que ao tirar-lhes a língua, tiraram-lhes também parte de sua identidade e ao esquecer esse mecanismo, também apaga-se parte de nossa própria história. Afinal, como ressalta Petter “[. . .] toda língua viva é um registro especial da história e da cultura de seus falantes [. . .]”⁵.

⁴ Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Tabela 2094 - População residente por cor ou raça e religião. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. Consultado em 28 de setembro de 2020.

⁵ PETTER, M. **Por que estudar línguas africanas no Brasil?**. Revista Extraprensa, v. 11, n. 2, p.

1.1 Contextualizando o debate historiográfico acerca da escravidão

Ao averiguarmos as temáticas que permeiam a história do Brasil, é nítido que a escravidão é, dentre elas, uma das quais mais ocasionou embates teóricos no campo da historiografia. Tratando-se desse ponto, de modo a situarmos o nosso leitor cronologicamente nesse campo, ressaltamos primeiramente a sua tradicional divisão historiográfica: Casa Grande & Senzala (1933), Escola Paulista de Sociologia (anos 1950/70) e a renovação após os anos 1980 (década em que se comemorou o centenário da abolição da escravatura)⁶.

Sendo assim, a partir da década de 1980, notamos no âmbito da historiografia brasileira, uma série de transformações no que diz respeito ao campo teórico-metodológico⁷. Isso se deu, principalmente, graças as influências e a difusão que as teorias europeias tiveram sobre esse campo. Soma-se a isso, o fato de ser praticamente impossível, a abordagem dos períodos antecedentes ao surgimento da República, sem considerar a ativa participação do sujeito negro para a formação da sociedade brasileira nos seus mais variados aspectos.

Averiguamos, por conseguinte, que desde o século XIX, a temática da escravização no Brasil já estava presente nos campos historiográficos de discussões, tanto no plano interno como externo – principalmente numa perspectiva comparativa⁸. Em virtude da escravidão ser um tema de exploração recorrente para muitos viajantes, geralmente europeus e norte-americanos, os mesmos buscavam explorar o modo peculiar como esse sistema se caracterizou na antiga colônia portuguesa. Se num primeiro momento vemos um interesse pelo modo organizacional desse sistema, começam a surgir também relatos sobre o viés cultural, e aqui insere-se a abordagem de Freyre nos anos de 1930. Schwarcz⁹, por exemplo, salienta a ideia de “festival de cores” presente nos relatos desses viajantes. Logo, podemos identificar nessas narrativas, o fascínio que o processo de miscigenação causava nesses estudiosos. Aliás, vale pontuar que, essa época na qual os naturalistas visitaram o Brasil, é a mesma na qual as teorias raciais na Europa

197-210, 31 ago. 2018. p.206.

⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

⁷ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva fazem uma análise da historiografia produzida desde a década de 1980 no Brasil, centrando a abordagem do artigo na mudança de paradigmas de interpretação sobre o lugar dos escravos e dos assim chamados trabalhadores livres nos estudos acadêmicos. Para maiores informações, ver: CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, 2009.

⁸ Podemos citar como um exemplo desses estudos comparativos, Frank Tannenbaum, um dos pioneiros que dedicou-se a história da escravidão norte-americana, além de ser considerado um dos mais bem conceituados brasilianistas.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

começaram a ser divulgadas.

Contudo, além dos interesses pela miscigenação, que acometera os estudiosos estrangeiros¹⁰ os quais visitaram o Brasil, e dos quais não iremos nos aprofundar aqui por ser uma abordagem além do tema proposto, pontuamos o interesse nacional sobre a temática. Pois, é nesse momento que se estabelece um dos marcos da nossa história, a publicação em 1933 do livro *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre¹¹. Todavia, a obra de Freyre e as obras publicadas a posteriori sobre o tema, é importante considerarmos o meio no qual os autores estão inseridos. Assim como, os aspectos culturais presentes em suas respectivas formações. Pontuamos esses aspectos, porque compreendemos que o autor ao produzir sua obra, não está isento das influências da sociedade na qual está inserido, e a mesma reflete-se em sua produção. Keith Jenkins, por exemplo, nos diz que a história é uma construção pessoal, mutável aos olhos de quem a lê e que “o passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’”¹².

É, pois, a partir desse panorama, que averiguamos as construções desenvolvidas nos debates historiográficos, pois, eles surgem justamente da necessidade ao longo do tempo de se repensar e se reescrever a história. Freyre, portanto, destaca-se entre os estudiosos brasileiros por trabalhar justamente com essa temática. Logo, sua obra torna-se referência para inúmeras produções, tanto nacionais quanto internacionais. Segundo Schwartz, é a partir de *Casa Grande & Senzala* que os mais notórios embates teóricos sobre o tema da escravidão começam a ser produzidos. Em parte, porque o posicionamento de Freyre com relação ao tema fora alvo de críticas. Isso se deu, tendo em vista que, o mesmo mostrava uma parcial contradição com a visão tradicional do escravizado como agente passivo, nesse complexo sistema. Nas palavras de Ricardo Benzaquém,

[...] da mesma maneira que encontramos em *Casa Grande e Senzala* um vigoroso elogio da confraternização entre negros e brancos, também é perfeitamente possível descobrirmos lá numerosas passagens que tornam explícito o gigantesco grau de violência inerente ao sistema escravocrata, violência que chega a alcançar os parentes do senhor, mas que é majoritária e regularmente endereçada aos escravos.¹³

Em suma, com a concepção de Freyre sobre a escravidão, tornou-se possível o

¹⁰ Entre os estudiosos que visitaram o Brasil, destacamos a grande viagem realizada pelo zoólogo Johann Baptist Von Spix e pelo botânico Carl Friedrich P. Von Martius, que durou desde o ano de 1817 a 1820. Como resultado desse empreendimento, tivemos a publicação de uma obra de três volumes: **Viagem ao Brasil** (1834). Além disso, temos também subprodutos como **O Estado de Direito Entre os Autóctones no Brasil** (1832).

¹¹ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala** - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora: 1977. 18 ed.

¹² JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. 3. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007. p.33.

¹³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquém. **Guerra e Paz: Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. p.48

surgimento de numerosas contestações sobre o processo de escravidão desenvolvida no Brasil. Sendo assim, verificamos o surgimento de um revisionismo¹⁴ em oposição a visão de Freyre a partir da década de 1950, trazendo consigo novos questionamentos e novas nuances quanto aos rumos empreendidos pelos historiadores e estudiosos da escravização brasileira. Todavia, como dito anteriormente, as mudanças operadas no campo historiográfico brasileiro sobre a escravidão, sofrera influência das renovações teórico-metodológica que aconteciam na Europa.

Quanto a um exemplo dessas correntes seguidas por alguns dos revisionistas no Brasil, podemos citar o marxismo. Essa é, uma entre as correntes adotadas por notórios historiadores e sociólogos, como Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso. Acerca das críticas à interpretação de Freyre, esses autores são considerados verdadeiros expoentes. Na concepção de Emília Viotti da Costa, sobre as cicatrizes infligidas a descendência dessa população que por séculos sofrera as auguras do cativo, a autora nos diz que,

A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados.¹⁵

Logo, um dos pontos de divergência entre a leitura de Freyre e dos revisionistas sobre a escravidão, diz respeito a explicação que ambos os lados fazem sobre a distância social fixada entre brancos e negros. No entanto, apesar das diferenças interpretativas, Schwartz pontua que o objetivo central do grupo, era o de “[...] entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira”¹⁶. Portanto, como marxistas, é marcante o viés de avaliação sociocultural desses intelectuais, para compreender a participação do negro na história econômica brasileira. Podemos interpretar que os mesmos buscavam, por norma, a renovação teórico-metodológica na historiografia da escravidão brasileira.

Uma importante contribuição dada por essa renovação, aplicada aos estudos sobre a escravidão, foi justamente a da desconstrução da ideia de homogeneidade da vida dos escravizados no Brasil. Sendo assim, esses estudos buscam externar as particularidades e peculiaridades operadas nesse processo em diversas regiões do país, com especial concentração para os estudos realizados no eixo sul/sudeste. Esses novos estudos, portanto, vão se concentrar nesses regionalismos, buscando assim

¹⁴ Com relação a corrente *revisionista*, o termo foi empregado para se referir a um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo que se debruçou acerca da problemática da escravidão. Produzindo pesquisas que estabeleceram uma releitura da condição dos cativos no Brasil, nos anos 1950/60, assim como críticas a algumas ideias defendidas por Freyre.

¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998. p.366

¹⁶ SCHWARTZ, 2001, p. 25.

compreender as especificidades presentes em cada região. Schwartz assim descreve o caráter regionalista,

Grande parte desses estudos têm sido bastante regionais, apresentados na forma de monografias minuciosas acerca de algum aspecto da escravidão num contexto regional. Ao mesmo tempo, a nova historiografia brasileira da escravidão é de certa forma, uma historiografia regional.¹⁷

Vale lembrar a diferenciação que também é feita entre a escravização que se deu na esfera urbana e na rural. Esse movimento revisionista, possibilitou que muitos historiadores voltassem seus olhares sobre uma nova perspectiva para os estudos que outrora já foram trabalhados e discutidos¹⁸. Isso também criou a possibilidade de se empreender novas metodologias a temática. Além da corrente revisionista, vemos um novo marco estabelecido após os anos 1980.

O centenário de 1988, portanto, apresentou um bom ponto de observação para que se lançasse um novo olhar às três décadas anteriores de estudos acadêmicos, durante as quais houvera progressos consideráveis no entendimento de como a escravidão funcionava no Brasil e o que significava para a nação e seu povo.¹⁹

Há, contudo, outro marco histórico que também influenciou essa historiografia nos anos pós 1980, trata-se do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU fora fundado em 1978 em pleno regime militar no país, e tornou-se um referencial histórico na luta contra as discriminações raciais no Brasil. Vale lembrar que no âmbito educacional, o MNU se fez presente nas reivindicações fundadas em uma revisão dos conteúdos presentes nos livros didáticos no que se refere a representação do negro, reavaliando assim a sua história e seu papel na construção da história nacional.

Ademais, propôs também uma pedagogia interétnica. No que lhe concerne, a mesma dependia da capacitação dos professores. Por último, o movimento passa a defender a inclusão da história da África no currículo escolar. Em conclusão, tais reivindicações trouxeram consigo uma necessidade de que deveria ser revisto o modo como a história não apenas da escravidão, como também a do sujeito negro era contada nos livros didáticos²⁰.

Em suma, podemos concluir que a historiografia da escravidão brasileira é um terreno propenso para o surgimento de revisões acerca de diferentes eixos

¹⁷ SCHWARTZ, 2001, p. 26

¹⁸ Indicamos para maiores informações sobre as disputas travadas no campo acadêmico com relação a historiografia da escravidão o artigo de PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. *Dimensões*, n. 39, p. 324-347, 2017.

¹⁹ SCHWARTZ, 2001, p. 22

²⁰ PINTO, Regina Pahim. *O livro didático e a democratização da escola*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

temáticos, abordagens teóricas, metodológicas e historiográficas. E, como ressalta Maria Verónica Secreto:

[...] houve uma notável renovação nas abordagens sobre a escravidão no Brasil. É difícil inventariar todas as contribuições, mas podemos mencionar algumas, como os estudos sobre a escravidão urbana, sobre práticas sociais de compadrio, família e demografia escrava, sobre práticas econômicas e identitárias, resistência escrava, normas e práticas legais relacionadas com o cativo, sobre práticas e estratégias no mundo rural, sobre alforrias etc. Embora muitos desses temas não fossem totalmente novos, tiveram uma nova perspectiva de abordagens e um novo repertório documental.²¹

1.2 A população africana na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Na que tange a historiografia no âmbito regional sobre a escravidão, abordaremos a partir desse momento, os estudos sobre o tema operacionalizado na região da Paraíba, especialmente aquela produzida pelo IHGP. No entanto, antes de darmos prosseguimento a nossa análise, apresentemos essa instituição. O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba é uma entidade cultural sem fins lucrativos. Foi fundada em 7 de setembro de 1905, por um grupo de intelectuais e políticos com intensa participação na vida pública. E sob o incentivo do engenheiro militar Álvaro Lopes Machado, presidente do Estado. Desde 1909 publica, com razoável periodicidade, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. No que diz respeito a esses fundadores, Margarida Dias afirma que esses homens

Tinham formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife. Ocuparam cargos políticos-chaves na política paraibana, foram presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Suas atividades econômicas eram tão secundárias que quase não explicitadas nas respectivas biografias. Profissionalmente, eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local. Foram diretores, redatores, colaboradores dos principais jornais locais. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba.²²

Tendo em mente as figuras fundadoras dessa entidade, assim como o período no qual a fundação se realiza, podemos ter uma ideia de como foi estruturada a historiografia ditada por essa instituição. Vale ressaltar, foi hegemônica até meados de 1970. Assim, podemos identificar em algumas das produções historiográficas do IHGP, uma preocupação elevada para com os “grandes feitos” ou que davam

²¹ SECRETO, María Verónica. **Novas perspectivas na história da escravidão**. Tempo, v. 22, n. 41, p. 442-450, 2016. p.444

²² DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção histórica local**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996. p.36

um excepcional destaque a uma história política, destacando os “grandes homens”, seguindo a historiografia desenvolvida pela *Escola Metódica Alemã*, da qual Leopold van Rank fora seu grande expoente. Assim, vemos no IHGP, uma historiografia voltada para o Estado e nomes políticos de destaque, uma vez que seus fundadores eram vinculados a grupos da elite paraibana.

Temas como o da escravidão, nosso objeto de pesquisa em um quadro mais amplo, era considerado como “tema-tabu” nessa historiografia, como afirma Solange Rocha em prefácio a obra, *Gente Negra na Paraíba Oitocentista*. Logo, como podemos imaginar, esses silêncios não se dão sem propósito. Era importante para a elite econômica que se omitisse as dominações e preconceitos de classe, afinal, entendemos que essas representações do passado também são objetos de disputa, pois, se instrumentaliza como objeto de dominação, expressa também em questões raciais.

Entretanto, vemos dois pontos distintos e divergentes na construção dessa historiografia. Por um lado temos a presença negra documentada e, por outro, vemos a omissão dessa documentação nos estudos que construíram a história paraibana. Assim, construiu-se uma cultura histórica da negação do negro nessa região, que perdurou por longos anos²³. Esses fatos nos levam a questionar de que modo o negro é inserido nessa produção? Qual papel esses autores vão lhe atribuir? Como essa população será representada?

No que tange a produção historiográfica, especialmente a do IHGP, averiguamos que desde o século XVIII a historiografia nessa região deu pouco destaque aos estudos que pudessem abranger o elemento negro. Da mesma maneira que também silenciou-se sobre as contribuições do sujeito negro em seu território. Logo, as poucas referências a essa presença se deram no âmbito econômico, ou seja, o negro como escravizado, na condição de mão-de-obra e propriedade. Restringindo-os ao mundo do trabalho e fora de um contexto no qual poderíamos caracteriza-los como agentes sociais.

Mello²⁴, que aborda a produção historiográfica da escravidão na região paraibana, vai ressaltar que em se tratando da escravidão africana, esses sujeitos vão ser ainda mais esquecidos, dada a predileção indígena. A consequência disso, é que na produção historiográfica setecentista, principalmente aquela à qual está vinculada ao IHGP, o negro e seu papel econômico e cultural foi ocultado daquele cenário.

A historiografia acerca desta temática, sobretudo a veiculada pelo IHGP, tendia a negar a vinda de africanos para a capitania/província ou a

²³ Quando falamos sobre a população negra na produção historiográfica do IHGP, não falamos exclusivamente da população cativa, afinal nem todo negro era escravizado. No entanto é nítido que a instituição mal discorre sobre o tema.

²⁴ MELLO, José Octávio de Arruda. **A escravidão na Paraíba: Historiografia e História. Preconceitos e racismo numa produção cultural.** João Pessoa: A união, 1988. p.39-40

minimizar sua importância histórica, chegando até mesmo a omitir a presença dessa população. Quando a escravidão negra é citada, limita-se ao período colonial.²⁵

No século seguinte, não localizamos uma mudança significativa na historiografia a qual pudéssemos salientar em contraponto aos estudos publicados no século XVIII, sobre o sujeito africano escravizado. Isso se expressou pelo fato do elemento indígena ter sido mais valorizado em ambos os séculos. Contudo, a omissão desse sujeito africano não se deu sem motivo. Segundo Mello,

De mais a mais, trata-se de questão ideológica, eivada de preconceitos e desfigurações. Numa palavra, a classe dominante fazia-se consciente da degradação jurídica, moral e religiosa do trabalho escravo, daí porque visava a ocultá-lo nos desvãos da senzala.²⁶

Exemplificando as obras produzidas no século XIX pelo IHGP, não podemos deixar de citar duas. A primeira de autoria de Maximiano Lopes Machado, *História da Província da Paraíba*; e, *Notas sobre a Parahyba*, de Irineu Joffily. Citamos os dois autores e suas respectivas obras, por ambos serem considerados como os primeiros a buscarem as “raízes” do povo paraibano - esse reconhecimento também se expressa no fato de ambos serem patronos de duas cadeiras no Instituto²⁷.

Machado, como ressalta Matheus Guimarães, vai se autointitular como aquele que inaugura a história da Paraíba, pois, o mesmo afirmava que a província não tinha história²⁸. Já no que diz respeito a Irineu Joffily, descendente de família colonizadora do sertão paraibano, os Oliveira Ledo. Vemos em sua obra, cuja inspiração recai sobre Capistrano de Abreu, uma maior preocupação com o detalhamento geográfico da região. Assim como Machado, o autor também segue a busca pelas “origens”, localizando-as nas tribos indígenas que ocupavam aquela região.

Abordando as obras, averiguamos na escrita de Machado, mais destaque dado aos povos indígenas, sempre os pondo em contato com o homem branco - elemento civilizador. Sua história marcada por batalhas, basicamente, quase não cita a escravidão. Os negros aparecem esparsamente em sua obra. Quando aparecem não passam de “mercadorias”. São escravos, propriedade. Nenhum papel relevante lhe é atribuído. No entanto, há exceções. Henrique Dias talvez seja o caso mais emblemático. Contudo, o herói da Restauração, tem sua ascendência negra

²⁵ GUIMARÃES, Matheus S. **Díaspóra Africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2015. p.17

²⁶ MELLO, 1988, p.46

²⁷ Ao todo o IHGP dispõe de cinquenta cadeiras de sócios. Essa criação fora proposta entre os anos de 1977 e 1980. Para mais informações acerca dos patronos, indicamos o endereço: <<http://ihgp.net/socios.htm>>. Acesso em: 22 de Setembro de 2020.

²⁸ GUIMARÃES, 2015, p.34

silenciada. Sendo assim, a população negra, nada mais é do que secundária em sua produção.

Joffily em sua obra não vai se afastar muito dessa narrativa de Machado. Os povos africanos, assim como sua descendência, também ficaram em segundo plano em sua produção, pois, em sua óptica essa população nunca se sobressaía quando comparada as demais raças nessa região. Logo, não é difícil localizar uma maior dedicação aos povos indígenas em detrimento dos povos africanos. Dentre as exceções, destacaram apenas André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão, entre os não brancos citados pelo autor. Ao contrário de Machado, Henrique Dias não ocupa espaço em sua narrativa. Fazendo coro a produção de Machado, Joffily também vai defender a falta de relevância histórica dos negros na Paraíba.

Em fins da primeira década do século XX e início da seguinte, pudemos localizar algumas obras onde a população negra vai ter um destaque mais preponderante, principalmente em comparação com às duas obras citadas anteriormente. Contudo, seu caráter secundário não vai mudar. Citamos dentre os autores localizados, Irineu Pinto. Apesar de sua história factualista, enfatizando basicamente na história de cunho político, ainda assim conseguimos averiguar a presença negra em sua narrativa. Todavia, essa aparição se dá sob aspectos negativos.

Ao que parece, essa população só se fez perceptível nessa narrativa histórica sob esses aspectos. Assim podemos dizer que quando não era minimizada ou excluída, lhe era atribuída o pior que havia. Podemos identificar desse modo, no interior dessa concepção desenvolvida no século XIX, a presença da influência das teorias raciais, que caracterizavam o indivíduo negro pelo que julgavam como aspectos negativos que estavam enraizados nesses sujeitos. Portanto, o negro (assim como o mestiço), que outrora eram omitidos da historiografia, veem à tona, mas como elementos de degeneração, ou no mais, como os culpados pelo atraso do país.

Contudo, refletindo o otimismo de Mello ao concluir seu livro, falando de uma “redenção escravista” nessa produção historiográfica, notamos que essa produção regional da escravidão também sofreu transformações. As mesmas se dão em decorrência do contato com outras teorias trazidas por estudiosos estrangeiros, apesar de não mudar radicalmente. Logo, os escravizados, de preferência os domésticos, em detrimento daqueles que trabalhavam no eito, por fazerem parte da casa grande, são os selecionados para serem objeto de pesquisa. Ademais, no que diz respeito a essa “redenção escravista”, sob a perspectiva das produções do IHGP, citamos novamente os anos de 1970, período onde se finda a hegemonia narrativa do Instituto. É também nesse período que se institucionaliza a pesquisa histórica no estado.

Aécio Aquino é um exemplo que trata dessa nova visão relatada

principalmente pelos viajantes estrangeiros. Ao abordar os dois eixos nos quais esses escravizados estão inseridos – o doméstico e o do eito – vemos que os cronistas vão privilegiar o primeiro grupo, pois,

O escravo doméstico era aquele ligado diretamente aos serviços da casa-grande, [...] foi este tipo de escravo que levou alguns cronistas [a conhecerem] especialmente o ambiente acolhedor das casas grandes, [porém] muito diferente era a situação do escravo do campo [uma vez que] sua existência era precária e não se prolongava por muito tempo a vida útil [e] que poucas vezes podia entrar em contato com visitantes apressados.²⁹

Em suma, percebe-se que a produção historiográfica da escravidão na Paraíba oitocentista, produzida no século XIX tem por base o elemento de continuidade. Por fim, não vemos uma mudança tão significativa na produção historiográfica regional entre os séculos XVIII e XIX, a respeito do negro como sujeito histórico. Contudo, é a partir desses trabalhos, que no século seguinte passa a ser produzido um número mais expressivo de estudos sobre o tema. Citamos como exemplo, a obra de Waldice Porto, publicada em 1976, Paraíba em preto e branco. A qual, acreditasse, ser a primeira obra a abordar especificamente a escravidão paraibana. No entanto, sua leitura sobre o sistema escravista é vê-lo como um mal necessário.

Notamos por conseguinte, que apesar das particularidades regionais no que cerne a essa produção na Paraíba, há uma conexão com relação ao âmbito teórico-metodológico desenvolvido num quadro mais amplo. Sendo assim, apesar de averiguarmos uma continuidade nesses estudos, também identificamos certas inovações, como a implementação de novas metodologias, o que culminou em um novo olhar dos historiadores paraibanos acerca da escravidão.

Ademais, após termos feito um levantamento sobre a produção historiográfica da escravidão nesse eixo, concluímos que muitos trabalhos estão centrados em determinadas temáticas. Temos, por exemplo, o tráfico, o comércio, a violência, e até as revoltas – marcas de resistência escrava. Sendo assim, propomos olhar para esses objetos sob outra óptica. Ao compreendermos que há uma rica documentação sobre o tema, que comprova o estabelecimento desses sujeitos nessa região, logo, objetivamos entender como os mesmos se estabeleciam socialmente através de uma análise calcada nas línguas africanas presentes neste espaço.

É, pois, fundamentado nessa necessidade de se rever a história da escravidão, tendo como suporte novas abordagens, onde situaremos nosso trabalho de pesquisa. A partir de questionamentos e inquietações atuais, sobre a insuficiente exploração acerca das questões das línguas africanas na região da Paraíba – província periférica no tráfico atlântico de escravizados – no século XIX, que optamos não só pela

²⁹ AQUINO apud MELLO, op. cit., p.48-49.

abordagem social da língua num contexto escravista, como também da região paraibana, insuficientemente explorada.

2 Entre portos e navios: a Paraíba no mundo transatlântico

A cidade da Parahyba (lugares de menos população nesse nosso país desse predicamento) tem aproximadamente dois a três mil habitantes, compreendendo a parte baixa. Há vários indícios de que fora mais importante que atualmente. Trabalham para embelezá-la mas o pouco que se realiza é à custa do Governo, ou melhor, por querer o Governador deixar uma boa lembrança de sua admiração. A principal rua é pavimentada com grandes pedras mas devia ser reparada. As residências têm geralmente um andar, servindo o térreo de loja. Algumas delas possuem janelas com vidros, melhoramento há pouco introduzido no Recife. [...]

A paisagem vista das janelas é uma linda visão peculiar ao Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências, meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis.

A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situada ao lado de uma espaçosa baía, como as de todos os rios salgados da região, são recobertas de mangues, tão unidos e compactos que parece não haver saída¹.

É com essa breve, porém, rica descrição da Parahyba do Norte, no início do século XIX, feita pelo inglês Henry Koster, que iniciamos neste capítulo, a abordagem acerca da situação econômica da Paraíba. E, conseqüentemente, suas conexões com o mundo transatlântico. Como podemos identificar nesse registro, dos anos de 1810, há, para além da beleza da paisagem descrita, dos problemas urbanos da cidade - percebemos aqui uma das conseqüências dos problemas econômicos da capitania/província - uma estimativa populacional. E, não menos importante, uma memória que ainda resistia quanto a uma grandeza de outrora. É sobre essa grandeza que já não existe mais na primeira metade do século XIX que iremo nos debruçar.

A despeito da preocupação constante que permeava quase todo o Setecentos, com relação à ligação econômica da Paraíba com o atlântico, a situação da então capitania, ao lado de Pernambuco, era outrora, diferente. Até a invasão holandesa, ambas regiões ocupavam posição de destaque na produção de cana-de-açúcar no Brasil. Contudo, verificamos que após a Restauração, uma seqüência de obstáculos impediu a retomada dos bons índices econômicos.

Pode-se dizer que diante da situação de crise da economia mundial que vemos no século XVII, o Brasil fora impactado de forma direta. Além dos conflitos com os holandeses, após esse processo de expulsão, também averiguamos que a concorrência açucareira das Antilhas veio a agravar ainda mais a situação que já não era boa para a região. Oliveira, por exemplo, registra a queima de vários engenhos

¹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11. ed. Recife: Massangana, 2002. 2 v. p. 130-132.

com esse processo de expulsão. Isto posto, dos vinte engenhos que ali existiam, restaram apenas nove².

Contudo, notamos que mesmo com a melhora econômica ocorrida na virada do século XVII para o XVIII, com a descoberta das Minas e uma maior demanda de mão-de-obra escravizada, não houvera impacto significativo para as capitanias do norte. Dentre tais capitanias, temos a Paraíba. Mesmo que a descoberta das Minas tenha se configurado numa possibilidade de enriquecimento, uma vez que, os senhores vendiam seus escravos para a atividade mineradora. Em suma, como pontua Menezes, a situação da Paraíba será de devastação nesse período³.

Deste modo, podemos compreender os sérios problemas que a Paraíba enfrentou na retomada para uma situação econômica positiva. Somando-se a isso, as crises climáticas que marcaram a capitania, e o modo como a economia da Paraíba estava relacionada com a de Pernambuco, temos como resultado a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Pernambuco então, passará a monopolizar as relações econômicas das duas capitanias. Abordaremos essa questão por entendermos que tais movimentos deixaram marcas na economia paraibana, inclusive no que diz respeito a compra de escravizados. Todavia, falaremos disso mais adiante. Em suma, vemos no Setecentos a diminuição da importância das capitanias do Norte, e um maior fortalecimento político e econômico do Rio de Janeiro, que também vai passar a ser o porto principal de importação de africanos do Brasil.

Guimarães, por exemplo, ressaltará que, apesar da inconstância relativa aos dados sobre entradas de africanos na Paraíba na primeira metade do século XVIII, ainda é possível averiguar um aumento considerável. Mesmo com os problemas econômicos que já foram citados. Até mesmo nos anos de seca, 1715 e 1723-24. Para além das discrepâncias dos dados, vale ressaltar que também há a possibilidade de alguns africanos terem sido introduzidos na Paraíba através do porto de Recife, uma vez que as rotas comerciais eram basicamente duas: diretamente com a África ou pela capitania de Pernambuco.⁴

Assim, apesar dos aspectos humanitários com relação ao tema, quando pensado no tempo presente, ao nos situarmos dentro desse contexto escravista, é inegável a importância histórica que devemos atribuir a essa forma de comércio para

² OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p.92

³ MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação: Fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba, 1647-1755**. Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2005, p.68.

⁴ GUIMARÃES, Matheus Silveira. **O comércio atlântico na diáspora africana: Paraíba, África e Minas Gerais (1700-1759)**. In: ROCHA, Solange P., GUIMARÃES, Matheus Silveira (Org.), *Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, p.24.

a formação dos três continentes: Europa, África e América. Todavia, damos especial destaque para a situação do Brasil. Aqui os escravizados eram nada menos que a espinha dorsal desse sistema, ou como bem ressalta, Antonil, “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.⁵ Por conseguinte, o Brasil esteve por séculos conectado com o mundo atlântico por intermédio do tráfico de viventes. No que diz respeito às relações estabelecidas entre o Brasil e esse tipo de comércio, Florentino ressalta que o país “transformou-se em uma ‘engrenagem devoradora de mão de obra africana’”⁶.

Logo, tendo em mente a complexidade da economia paraibana, nessa etapa buscaremos apresentar os aspectos econômicos durante o recorte temporal em questão, especificamente nesta região. Partindo desse relato de Koster, podemos vislumbrar, que já no século XIX, a Paraíba já não se inseria como um grande porto de entrada de africanos. Expresso principalmente pelos problemas econômicos da capitania/província.

Aliás, como ressalta Lima, o número de africanos escravizados nessas terras, desde os tempos coloniais, nunca fora expressivo⁷. A propósito, a pouca escravaria africana era motivo de queixa por parte dos senhores, pois, a mesma era causada pelas dificuldades econômicas do período que os impedia de adquirir essa mão-de-obra. Pontuando que no século XIX, há uma concentração de riquezas nas mãos de uma minoria. Essa característica, inclusive, chamou a atenção de Koster em viagem a cidade de São Luís, exemplificando que esse comportamento ocorria em outras regiões. Sobre essa questão, o inglês ressalta que “as principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens, possuidores de propriedades prósperas, com extensões notáveis, grupos de escravos e ainda são negociantes”⁸. Há, pois, um número maior de proprietários que não se caracteriza como elite, apesar de deter certo *status* social, isso, porque, ser senhor de engenho nesse Brasil escravista era uma das posições de maior privilégio que alguém poderia ocupar. Assim, a Paraíba que estudaremos não passará de região periférica no tráfico de africanos.

Um dos primeiros pontos que fazemos questão de ressaltar, é o fato da economia paraibana até fins da década de 1830, período onde ocorre uma estabilização, ter sido marcada por alto e baixos. Períodos de crise e seca que interferiram diretamente na forma como esta região se inseriu no mundo atlântico.

⁵ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil:** por suas Drogas e Minas. Editora: Senado Federal, 2011, p.106

⁶ FLORENTINO, Manolo. **Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental.** In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 1, p. 235.

⁷ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010, p.134.

⁸ KOSTER, 2003, p.239.

Ademais, é importante termos em mente ao analisarmos o caso da Paraíba nessa categoria de comércio, que houvera vários conflitos envolvendo Portugal, Brasil e Inglaterra, até que finalmente o tráfico transatlântico fosse oficialmente banido em 1850⁹.

Não obstante, como consequência da Lei de 1831, averiguamos a elevação no preço de africanos, independentemente da idade dos mesmos. Isso tornou ainda mais difícil a aquisição dessa mão-de-obra por parte dos senhores de engenhos, que já vinham sofrendo com a descapitalização. Importante também sublinhar que essas reclamações por parte dos senhores em decorrência do valor dessa mão-de-obra, arrastava-se, pelo menos, desde o século XVIII, e vão continuar durante o século XIX. Assim, os pedidos de redução nos preços desses escravizados vão fazer parte dos discursos dessa “elite” por vários anos.

Contudo, como já é sabido, desde a Lei de 1831, o tráfico não cessou em definitivo. As formas de burlar a legislação foram variadas e os traficantes não só perceberam essas brechas, como também as utilizaram incansavelmente. Assim, tendo o contrabando como um traço desse comércio, pontuamos mais uma vez, que não dispomos de meios para oferecer de forma exata o número de africanos que entraram na província. É nessa década que também vemos uma mudança na estrutura e organização dos navios. Consequentemente, podemos constatar uma mudança no próprio transporte de escravizados, tendo em vista que

Os traficantes carregavam o maior número possível de cativos, conscientes de que, apesar do conseqüente aumento de mortalidade, os lucros seriam também crescentes. As condições no porão pioraram com a proibição porque os negreiros não mais precisavam dar satisfação aos funcionários alfandegários e a outras autoridades sobre o volume permitido e as condições de transporte de carga humana.¹⁰

Por sinal, a Paraíba se caracteriza de forma especial nesse sentido, pois, o processo de criouliização¹¹ se dera precocemente nessas terras - quando falamos de criouliização aqui, nos referimos ao processo no âmbito demográfico, ou seja, o

⁹ Para mais informações ver: Tratado de Amizade e Aliança Brasil-Portugal, 1825. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/. Acesso em: 10 de Setembro de 2020; e, Convenção entre Brasil e Grã-Bretanha para a abolição do Tráfico, 1826. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/1826/convencao-para-a-abolicao-do-trafico-de-escravos/>. Acesso em: 10 de Setembro de 2020.

¹⁰ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822 - c.1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.102.

¹¹ Sobre o conceito da termo “criouliização” indicamos as leituras de: PIMENTEL, C. Criouliização, nominação e práticas sociais. **Trabalho apresentado na Mesa Redonda Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura: Interfaces no Fórum de Literatura, Juiz de Fora, MG**, p. 1-6, 2009; e, PARÉS, Luis Nicolau. O Processo de Criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, n.33, 2005, p. 87-132. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003304>. Acesso em: 28 de Novembro de 2020.

crescimento da população crioula¹². Nossa hipótese é que as dificuldades econômicas dos senhores os fizeram optar pela mão-de-obra feminina. Visando a partir desse processo, aumentar a escravaria através da reprodução natural. Rocha, em estudo sobre a Paraíba açucareira, vai pontuar essa política de reprodução interna, mediante a constatação de aumento da população escrava e do número expressivo de crianças escravizadas. Assim, os senhores punham em prática uma terceira opção para obtenção de mão-de-obra, que não necessariamente provinha de comércio internacional ou provincial¹³. Logo, como enfatiza Lima, a crioula já será fato, na Paraíba, desde fins do Setecentos¹⁴. De acordo com Maria Cristina Luz Pinheiro,

A definição da idade em que a criança escrava tornava-se força produtiva, ou mesmo quando ela começava a desempenhar algumas tarefas, se aos quatro, cinco, aos sete, ou aos doze anos, tinha pouca importância diante das exigências da ordem econômica e social escravista. Importa-nos verificar que a criança escrava não era uma carga inútil para os senhores e que podia começar a trabalhar muito cedo. Essa era a lógica do sistema escravista¹⁵.

Tratando-se especificamente das relações da Paraíba com o comércio atlântico de escravizados, como dissemos anteriormente, na entrada do Oitocentos, havia basicamente duas rotas: Uma direta entre os portos da Paraíba e do litoral africano, e outra que passava pelo porto de Recife¹⁶. Assim, é importante que consideremos as informações acerca desse comércio em Pernambuco. Isto porque, para além do contrabando direto, alguns dos escravizados africanos que chegavam a Paraíba também eram taxados em Pernambuco - o que os tornava mais caros. Em suma, ressaltamos as palavras de Matheus Guimarães sobre essa questão,

O comércio atlântico de escravizados na primeira metade do século XIX deve ser pensado com o recorte de antes de 1831 e depois desta data, devido à ilegalidade decretada no referido ano. Até 1831, as importações da Paraíba se davam ou diretamente com a África ou por intermédio do porto de Recife. Com as novas rotas estabelecidas após a lei de 7 de novembro, foram utilizadas praias mais desertas e na divisa com Pernambuco, favorecendo as elites de ambas as províncias¹⁷.

¹² Entendemos como indivíduos crioulos os negros nascidos no Brasil de ascendência africana.

¹³ ROCHA, Solange Pereira de. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

¹⁴ LIMA, 2010, p.263.

¹⁵ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Revista Afro – Ásia**, n. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/iniicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77003206>>. p.173. Acesso em: 6 de Setembro de 2020.

¹⁶ GUIMARÃES, Matheus Silveira. Economia e tráfico de africanos escravizados na Paraíba da primeira metade do Século XIX. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife)**, ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 154-174, Jan-Jun, 2017. p.165. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/cli o.issn2525-5649.2017.35.1.al.08> Acesso em: 30 de Agosto de 2020.

¹⁷ *Ibid.*, p.171.

2.1 As rotas do tráfico negreiro: entre a legalidade e o contrabando

Quando um navio negreiro aporta, a notícia espalha-se como um rastilho de pólvora. Acorrem, então todos os interessados na chegada da embarcação com sua carga de mercadoria viva, selecionando do estoque aqueles mais adequados aos seus propósitos, e comprando os escravos da mesmíssima maneira como se compra gado ou cavalos num mercado. Mas, se num carregamento não houver o tipo de escravo adequado às necessidades e desejos dos compradores, encomenda-se ao Capitão, especificando os tipos exigidos, que serão trazidos na próxima vez em que o navio vier ao porto. Há uma grande quantidade de pessoas que fazem um verdadeiro negócio dessa compra e venda de carne humana e que só fazem isso para se manter, dependendo inteiramente desse tipo de tráfico.¹⁸

Compreendendo ser necessário entendermos a situação econômica da Paraíba, no século XIX, para pensarmos a importação de contingentes de africanos para essa região, abordaremos a partir desse momento as relações comerciais estabelecidas diretamente com o continente africano e com Pernambuco. Por conseguinte, faz-se necessário, apesar de o nosso recorte temporal estar localizado no século XIX, que voltemos um pouco mais no tempo. Especificamente aos anos de 1755, quando a então capitania da Paraíba fora anexada a Pernambuco. Mantendo-se nessa situação durante 44 anos, retornando a sua autonomia em 1799.

Quando pensamos em comércio, independentemente de tipos específicos, sempre consideramos as questões que envolvem o ato da compra e venda, assim como, a demanda de mercado. Logo, tendo a escravidão como um sistema que também era comercial, abordaremos a demanda da mão-de-obra e as condições de compra dos senhores paraibanos. Pois, nesse contexto os escravizados eram bens, e assim foram vistos desde que o sistema escravista fora implantado nessas terras.

Ao pesquisarmos sobre essa questão na região sertaneja, pudemos concluir que havia, sim, uma demanda por mão-de-obra cativa. Todavia, em decorrência da situação econômica dos senhores, os mesmos não dispunham de capital necessário para realizar as compras¹⁹. Principalmente quando consideramos que nesse período, na Paraíba, o montante de moeda corrente era insuficiente para o desenvolvimento econômico. Ademais, Guimarães afirma que a Paraíba não dispunha de um grande comércio, e conseqüentemente não desenvolvera muitos comerciantes representativos, comerciantes estes com quem se negociavam as compras e vendas de africanos, sendo estes também, responsáveis pela posse escrava na Paraíba²⁰.

¹⁸ BAQUAQUA, Mahommah. Biografia de Mahommah Baquaqua. Apresentação de Silvia Lara. **Revista Brasileira de História**. Vol. 8, n.16, 1988, p.273-274.

¹⁹ Guimarães (2015), vai apontar para a pequena posse como uma característica urbana que interferia no modo como senhores e escravos se relacionavam.

²⁰ GUIMARÃES, 2015, p.129.

Assim, como primeiro ponto nessa abordagem, poderíamos concluir que esse modo de comercialização não era nada rentável. Por conseguinte, esses sujeitos escravizados, podiam tornar-se em moeda corrente desde que houvesse alguém com capital suficiente para arrematar essa mão-de-obra. No mais, como ressalta Lima, esses sujeitos eram bens que deveriam ser transmitidos entre as gerações familiares, pois, também serviam como garantias para o pagamento de dívidas²¹. A partir disso, podemos compreender a determinação dos senhores em reaver essa mão-de-obra quando os mesmos empreendiam atos de fuga. Caso de José, nosso personagem citado no início deste trabalho ou até mesmo de Domingos, escravizado de nação Angola, fugido há quatro anos²².

Lima afirma que “os senhores de engenho e criadores de gado investiam em escravos menos que em terras”²³ - na documentação as propriedades de terra são referidas como “bem de raiz”. Contudo, a situação não era assim tão simples, como já podemos imaginar, por tratar-se desse complexo sistema. Considerando a situação econômica da Paraíba, da qual já falamos brevemente, mesmo não tendo uma pujança, nem grandes conexões com a África, ainda assim a entrada de africanos não foi completamente nula, pelo contrário. O comércio atlântico de almas, não será esquecido mesmo mediante essas dificuldades. No entanto, figurará como atividade complementar.

Averiguamos que essas dificuldades também tiveram outro lado, que dentro do possível, poderíamos chamar de positivo. A anuência de se fazer comércio com a Costa da Mina é um desses²⁴. Ressaltando que, por tempos essas relações eram proibidas. No entanto, as necessidades fizeram com que a Paraíba se inserisse, nesse período, mediante autorização, nessa forma de comércio, principalmente devido à produção de tabaco que ali se tinha²⁵.

Com base nas fontes analisadas, ao tratarmos especificamente das rotas externas de comercialização entre a costa africana e a Paraíba, constatamos que houvera um predomínio de africanos oriundos da região Centro Ocidental da África, dado os registros de procedência. Sendo eles autodenominados Angola ou Congo. Aliás, essa foi a região que mais exportou escravizados para o Brasil durante todo o período em que o tráfico negreiro perdurou. Além disso, também destacamos a Costa do Ouro e o Benin (Mina), na região Ocidental da África. Fora identificado

²¹ LIMA, 2010, p.177.

²² DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1827.

²³ LIMA, 2010, p.159.

²⁴ Em fins da primeira década do Setecentos, o então governador da Paraíba, Maia da Gama, organiza embarcações em direção a Costa da Mina. Na primeira, em 1724, são trazidos à Paraíba 170 escravizados, na segunda, 270. No entanto, nenhum senhor de engenho se dispôs a adquirir essa mão-de-obra. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino_Conselho Ultramarino_Brasil-Paraíba, Cx.5, D.360, 1717.

²⁵ OLIVEIRA, Elza Régias de. **Escravidão na Paraíba no século XVIII**. In: Teoria, história e memória. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p.169.

para além disso, a presença daqueles procedentes de Moçambique, parte Oriental do continente africano.

Em suma, podemos dizer que houve uma predominância dos bantos na região paraibana. Aliás, sublinhamos que os povos de origem banto possuíam certa proximidade cultural, inclusive a presença portuguesa já lhes era uma realidade desde o século XV. No entanto, essas relações estabelecidas entre a Paraíba e a costa africana, foram quase que completamente findadas. Explicaremos esse movimento de quase exclusão da Paraíba desse comércio direto com a costa da África, a partir da criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

A propósito, consideramos importante pontuar, no que diz respeito a movimentação portuária na Paraíba, que o fluxo ali era pequeno. Como bem observa Oliveira, isso fazia com que, por necessidade, os navios saíssem em comboios do porto de Recife²⁶. Rememoramos também, que desde o século XVI, motivados pela insegurança marítima, o governo português, através de legislação, tornava obrigatório a navegação em comboios²⁷.

Esses escravos africanos deportados para a Paraíba, normalmente, primeiro chegavam a Pernambuco que, em todo o período de duração do tráfico internacional, dispunha de rotas para a Costa da Mina e a África Centro-Occidental – com destaque para os reinos do Congo e de Angola – e abasteceu além da Paraíba, as capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará²⁸.

Aliás, uma vez que estamos falando das rotas que levavam esses africanos a região paraibana, e em contraponto temos a constatação de uma pouca movimentação portuária, podemos supor que havia um fluxo terrestre nesse comércio. Sendo assim, os escravizados que eram inseridos na capitania/província da Paraíba através das rotas internas que a ligava a Recife, passava por mais um processo que podemos caracterizar como nada menos que outro tormento. Como se já não bastasse todo o sofrimento da travessia atlântica que encontramos nos relatos de Baquaqua²⁹ sobre a superlotação, imundice e alimentação precária, esses sujeitos ainda eram submetidos a segunda etapa dessa viagem quando transferidos para outras províncias. Entretanto, independente da forma de chegada em terras paraibanas, a violência era uma constante³⁰.

²⁶ OLIVEIRA, 2007, p.84-87.

²⁷ Como Elza Régis de Oliveira (2007, p.87) vai bem nos lembrar, os navios paraibanos também serão prejudicados nessa movimentação de sair do porto pernambucano, pelo fato dos comboios que saíam de Pernambuco não os esperarem dificultando ainda mais a situação destes.

²⁸ ROCHA, Solange Pererira da. Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial. *Portuguese Studies Review*, Vol. 14, No. 1, 2006, p.286-287

²⁹ BAQUAQUA, 1988, p.272.

³⁰ No que diz respeito a lei anti tráfico de 1831, não localizamos nenhuma orientação legal sobre o que deveria ser feito caso os africanos traficados fosse transferidos para outras províncias. Sendo assim, podemos dizer que a punição restringia-se aos envolvidos no ato do desembarque ilegal desses escravizados vindos da África.

Koster, por sinal, percorrera a estrada Recife-Parahyba e nos deixou um relato do trajeto de 28 léguas que ligava as duas regiões, descrevendo o arenoso caminho de matas fechadas que “nada apresentava de particular. As encostas são rudes, mas pouco elevadas, as árvores, plantas e choupanas são iguais às vistas anteriormente”³¹. Todavia, a rota que José, provavelmente utilizou ao fugir em direção a Paraíba tenha sido outra, diferente desta percorrida por Koster.

Voltando a tônica sobre a Companhia, enfatizamos que a mesma fora criada em 1759. Concretizando assim, a subordinação da Paraíba a Pernambuco. Guimarães, no entanto, vai defender que já havia uma subordinação da capitania paraibana a Pernambuco não oficializada antes disso³². Tal subordinação se deu através de uma decisão tomada após consulta ao Conselho Ultramarino a respeito das condições econômicas das duas capitanias. Essa decisão se expressa na anexação através de decreto régio em 1755, quando a Paraíba fora anexada a Pernambuco.

Sobre essa temática, não conseguimos localizar nos estudos historiográficos, um consenso que explique nitidamente os motivos que resultaram neste ato. No entanto, Oliveira salienta que, “o parecer do Conselho não fora bem fundamentado, uma vez que não tivera real conhecimento da situação em que se encontrava a capitania”³³

Entretanto, mesmo diante da dificuldade de se compreender as motivações que levaram a anexação e conseqüentemente a criação da Companhia, podemos levantar algumas hipóteses. Primeiramente, podemos supor que analisada a partir de uma óptica mais ampla, essa decisão se inseria dentro do ideal pombalino de racionalização da política econômica, ao objetivar o controle de gastos e concentração de recursos. Assim como, da finalidade política expressa nos anseios de se centralizar em Pernambuco tanto o comando, como a fiscalização de uma extensa região, que já não dava lucros³⁴. Logo, podemos compreender que a Companhia tinha total monopólio sobre qualquer mercadoria comercializada com Pernambuco e Paraíba. Inclusive, o comércio de almas, que causou intenso descontentamento, como o expresso na carta de oficiais da Câmara, analisada por Elza Régis Oliveira,

Antes da Companhia, navegavam mais de catorze embarcações por conta do comércio nestas duas capitanias. Em 1770, há falta de escravos, pois apenas seis embarcações que manda à Costa da Mina só a Companhia manda buscá-lo e só a ela os vende. O número de escravos que vem é insuficiente. Mesmo assim, são vendidos, no Rio de Janeiro,

³¹ KOSTER, 2003, p.94.

³² GUIMARÃES, 2015, p.95.

³³ OLIVEIRA, 2007, p.106-107.

³⁴ Sobre esse assunto, leia os trabalhos de: OLIVEIRA, Elza Régis. **A Paraíba na crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. Fortaleza: BNB / ETENE, 1985; ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba – Tomo I**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966; CRUZ, Fábio Santiago Santa. **Irmãs e Rivais: resistências paraibanas à influência do Recife (1870- 1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

os melhores, ficando o refugio de escravos sem agradar os compradores. Alguns compram por oitenta, noventa e cem mil réis os que, no tempo do comércio livre, valiam quarenta, cinquenta e sessenta.³⁵

Não obstante, a visão sobre a Companhia de comércio, não será das melhores. José Inaldo Chaves Júnior, aponta para a insatisfação dos produtores de açúcar, expressa principalmente no que diz respeito aos “preços exorbitantes praticados com os importados e suprimentos agrícolas, a exemplo dos escravos, e do indecoroso rebaixamento dos preços do açúcar comprado a pífios valores”³⁶. José Octávio de Mello, vai considerar essas ações “desastrosas”³⁷. Elza Régis de Oliveira, pontuara o fato de não ter nenhuma vantagem para a Paraíba nessa empreitada³⁸. Já Horácio de Almeida afirma que,

De extorsão vivia a Companhia, na sua fonte de lucros. [...] Em pouco tempo, a ação da empresa monopolista na Paraíba valeu por um incêndio. A Capitania estava arruinada. O remédio ministrado contra o mal foi pior que o próprio mal. Melhor fora morrer da doença que do tratamento. Engenhos sem safra, comercio depauperado, povo já na expectativa da fome. Este o saldo da voraz Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.³⁹

Todavia, essa visão negativa acerca da Companhia não será homogênea. Não esteve toda a elite paraibana insatisfeita com a sua criação, pelo contrário. Haviam aqueles que mantinham boas relações com a Companhia. No entanto, os conflitos durante toda a segunda metade do século XVIII fora uma constante. Pois, como pontua Chaves Júnior, eram relações de poder que estavam em jogo⁴⁰.

Conseqüentemente, como já dissemos, a Paraíba é praticamente excluída desse mundo atlântico, comercialmente pensando, pois, já não havia possibilidades de estabelecer contatos diretos com o continente africano. Logo, o desfecho do Setecentos para a capitania da Paraíba não fora positivo.

A capitania só volta a ter relações com a África no século XIX, e como podemos imaginar, diante de muitas dificuldades para restabelecer as rotas marítimas. Ademais, enquanto esteve em vigência essa subordinação, às reclamações da elite paraibana eram constantes, principalmente no que se refere a não inserção de africanos na região, assim como o aumento do preço dessa mão-de-obra cativa. Lima, por exemplo, vai falar que a população escrava paraibana

³⁵ OLIVEIRA, 2007, p.113.

³⁶ CHAVES JÚNIOR, Inaldo. “As duras cadeiras de hum governo subordinado”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c.1755-1799). Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF, 2013, p.190.

³⁷ MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 11 ed. João Pessoa: A União, 2008, p.83.

³⁸ OLIVEIRA, 2007, p.111-113.

³⁹ ALMEIDA, Horácio de. **Histórias da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978, Vol. II, p.73.

⁴⁰ CHAVES JUNIOR, 2013.

tinha certa peculiaridade. Fazendo referência ao estudo de Mattoso⁴¹ sobre a Bahia, a autora elenca fatores como “a cessação do tráfico internacional, [...] a ameaça de abolição e as vendas de cativos em idade mais produtiva para as regiões cafeeiras do Centro -Sul do país”, para explicar as idades extremadas dessa população cativa. Isso, porque, a mesma averiguou haver na Paraíba, nesse período, escravizados muito jovens e idosos de idade bastante avançada⁴².

Desse modo, ao analisarmos os anos antecedentes do nosso recorte, concluímos que os anos finais do Século XVIII exercem uma mudança expressiva na Paraíba. Isso ocorre justamente pelo retorno de sua autonomia, embora ainda se mantivesse ligada a interesses econômicos de Pernambuco. Aliás, ainda dependia fortemente do porto de Recife para se inserir no Mundo Atlântico. Henry Koster, além de descrever a cidade da Parahyba do Norte, também pontuara esse fato. O inglês aborda em seus escritos o fato da Alfândega da Paraíba quase não ser aberta, mantendo-se assim, maiores relações com Recife do que com a capital⁴³. Mesmo assim era possível que se vislumbrasse uma possibilidade de desenvolvimento⁴⁴.

Além do mais, ocorre durante esse período, a criação de municípios e a incorporação de novas terras⁴⁵. Dentre os municípios criados durante esse período, citamos o de Sousa. Antiga povoação, localizada no sertão paraibano, que no ano de 1800 fora elevada à condição de vila devido ao seu crescimento propiciado pela pecuária. Atividade produtiva, que se mostrou como importante motor de desenvolvimento econômico dessa região, durante os séculos XVII e XVIII. Além disso, há a anexação de municípios como os de Catolé do Rocha e Cuité, que pertenciam, anteriormente, ao Rio Grande do Norte.

Outro ponto importante que gostaríamos de destacar, é o da ocupação territorial da região paraibana. Entendemos que a mesma se deu primeiramente na região litorânea. Consequentemente, alguns autores – como Irineo Joffily e José Américo de Almeida – vão expor a ideia de que foram poucos os escravos a viverem nessas regiões afastadas do litoral. Pois, sob a óptica desses autores, a atividade econômica desenvolvida em tais lugares – exemplo da pecuária – não requiritava muita mão-de-obra. Contudo, como já vimos, tais leituras sobre a historiografia da escravidão passaram por uma revisão, e esse aspecto não ficou de fora. Diana

⁴¹ MATTOSO, Kátia Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁴² LIMA, 2010, p.160.

⁴³ KOSTER, 2002, p. 96.

⁴⁴ Sobre os caminhos alternativos encontrados pelos produtores e negociantes paraibanos. Ver: PAIVA, Yamê Galdino de. **Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX**. Monografia (Licenciatura em História. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2009.

⁴⁵ Ver: ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Chorographia da Parahyba do Norte**. [1870?], Notação: 4, 3, 23 – Seção de Obras Raras, Biblioteca Nacional/RJ.

Galliza⁴⁶ demonstra em sua tese, tanto a importância quanto o predomínio de uma mão-de-obra escravizada nas principais atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões.

Sua leitura é um contraponto daquela desenvolvida pelos autores clássicos paraibanos. Dado que, os mesmos davam pouco ou nenhum destaque ao papel desempenhado pelos escravizados negros, já que afirmavam que essa atividade pecuária era normalmente executada por indígenas. Além disso, esses autores também salientam, quando o fazem, que a presença de escravizados negros nessas regiões se dava basicamente através da “exploração utilitária, doméstica e de demonstração de riqueza por parte de famílias abastadas” que habitavam a região dos sertões⁴⁷. No entanto, sua análise não está livre de críticas. Uma vez que, a mesma parte de uma perspectiva econômica, os dados estatísticos que Galliza apresenta, faz com que os sujeitos escravizados se confundam com os números.

Em suma, podemos concluir que mesmo diante das dificuldades que foram apresentadas ao longo do texto, o comércio de escravizados na Paraíba, que segundo Eleonora Félix da Silva pode ser constatada desde as lutas da conquista no século XVI, se manteve, principalmente quando pensamos na compra e revenda para as Minas⁴⁸. Além disso, ao contrário do que é demonstrado pela historiografia produzida pelo IHGB, a economia paraibana de modo geral, não estava tão desesperadora na primeira metade do século XIX. Como demonstra Oliveira, havia, após a desanexação, um movimento de retomada da economia⁴⁹.

Vale lembrar que com a Revolução haitiana, a produção açucareira no Brasil foi favorecida, e a Paraíba também se fez presente nesse cenário. Exemplo disso é o número de engenhos na região. Segundo Guimarães, na virada do século estimava-se haver 32 engenhos na Paraíba, aumentando consideravelmente para 160 na década de 1850⁵⁰. Somando-se a produção açucareira, temos também outras atividades. A pecuária, a extração de madeira, e a produção de algodão - importantes atividades nessa reorganização econômica, todas elas contando com a mão-de-obra cativa - são alguns exemplos. De acordo com Galliza, “Antes da segunda metade do século XIX, quando se mantinha o comércio negreiro com a África, e o preço do escravo era

⁴⁶ GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. Editora Universitária/UFPB, 1979.

⁴⁷ SOUSA, Anicleide de. **Nas veredas do sertão: histórias de vida familiar de escravos no sertão paraibana** (Vila federal de Catolé do Rocha, 1830-1860), XVII Encontro Estadual de História (v. 17, n. 1, 2016), p.85. Disponível em: e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. Acesso em: 5 de Maio de 2020.

⁴⁸ SILVA, Eleonora Félix da. **Diáspora africana e pessoas escravizadas em Areia**. In: ROCHA, Solange Pereira da.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (org). *Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. p.154.

⁴⁹ OLIVEIRA, 2007, p. 145.

⁵⁰ GUIMARÃES, 2015, p. 105.

baixo, o cativo foi regularmente utilizado na lavoura algodoeira⁵¹

Logo, podemos constatar que, apesar de os primeiros anos do século XIX não terem sido os melhores para a província, houve, com base nos dados investigados, uma relativa melhora econômica. Principalmente, quando já em 1809, ocorre criação da Junta da Fazenda Real na Paraíba. Então, a província passa a ter maior autonomia para regular suas taxações. Ensaando assim, uma independência financeira de Recife. Todavia, para se ter mão-de-obra cativa africana na Paraíba, era necessário poder aquisitivo considerável. Daí o fato de não se ter na Paraíba do século XIX números altos de escravizados africanos, uma vez que, esses ao lado dos crioulos, eram os mais bem cotados.

⁵¹ GALLIZA, 1979, p.26.

3 Alteridade: Estados nacionais e o “outro”

De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, nos números das importadas, na infinita multiplicidade e matizes dos seus dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país. Em tais condições, tornou-se uma necessidade imperiosa para os escravos negros adotar uma língua africana como língua geral, em que todos se entendessem.¹

Uma vez traçado o caminho que evidencia a presença africana na capitania/província da Paraíba, no recorte estabelecido, no presente capítulo, buscaremos abordar a problemática da linguística, num contexto mais abrangente. Optamos por essa forma de análise, para que nosso leitor possa compreender que as disputas em torno do que veio a convencionar-se como língua nacional, se deu em outros espaços.

Procuraremos com isso, dar visibilidade às hierarquizações e preconceitos contra o idioma do “outro”, especificamente no nosso caso, as línguas africanas, assim como a imposição da língua dita “civilizada”. Isso porque, como bem ressalta Guisan, “o Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, o falar do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva”². Todavia, como pontua Lima, o “outro” nem sempre tinha o mesmo peso e valor, e nem sempre era o “estrangeiro”³.

Apesar da fragilidade das categorizações de denominações como *língua*, *dialetos*, *socioletos*, entre outros variantes, por se falar nesses objetos como se fossem apenas naturais. Acreditamos que seja substancial que desde já deixemos em destaque o que entendemos conceitualmente sobre esse objeto. Uma vez que, ambicionamos que nosso leitor, criticamente, observe os movimentos que permearam o século XIX com relação às línguas africanas na região paraibana. Traduzindo-se assim, dentro de um quadro mais amplo de racismos, que ousamos dizer, mantém-se até os dias atuais. Para isso, evidenciamos as palavras de Heliana Mello no que se refere ao objeto em questão. De acordo com a autora, “Uma língua é um complexo sistema de comunicação com diversas funções, particular à espécie humana, constituído por distintos níveis de organização que, em conjunto, funcionam de forma a possibilitar a produção de sentido”⁴.

¹ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 5ª ed., 1977, p.122-123.

² GUIBAN, 2009, p.18.

³ LIMA, 2003, p.138.

⁴ MELLO, Heliana. **Conceitos linguísticos**. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). História social da língua nacional 2: diáspora africana - 1. ed. - Rio de Janeiro : NAU, 2014. p.363.

Para além da definição conceitual de Mello, também ressaltamos duas outras importantes teorias a respeito desse objeto dentro da *linguagem*. A primeira, sendo de Saussure e a segunda de Chomsky. Optamos por evidenciar tais teorias, dada a sua importância para os estudos da linguística. Sendo assim, primeiramente vejamos o que dizem esses autores sobre a *linguagem/língua*.

Saussure vai considerar a *linguagem* como heteróclita e multifacetada, ou seja, ao passo que é única e distinta, também apresenta variadas características e peculiaridades, isso porque abrangeria vários domínios. Logo, a *língua* para ele, seria uma parte do todo *linguagem* - parte essencial da mesma. Saussure definira a língua como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”⁵. Margarida Petter ao analisar a concepção de Saussure, nos diz que o mesmo entende a língua como “um sistema de signos”. Sendo, por conseguinte, “parte social da linguagem” exterior ao indivíduo. Portanto, a *fala*, seria outro elemento desse conjunto língua-linguagem. Petter, assim, define esse outro elemento como “um ato individual; [que] resulta das combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua”⁶.

No que tange a proposta de Chomsky, Petter nos fala que o norte-americano traz consigo uma nova onda de transformações para os estudos linguísticos em meados do século XX. Portanto, de acordo com essa autora, na concepção de Chomsky, “a linguagem é uma capacidade inata e específica da espécie, isto é, transmitida geneticamente e própria da espécie humana”, logo, haveria sob essa óptica, propriedades universais da linguagem⁷. Já Guisan, nos atenta para as interpretações que fazemos com relação ao conceito de língua. Segundo o autor,

A ambiguidade do conceito de língua estimula interpretações equivocadas que alimentam discursos e ideologias que acarretam sérias consequências para a convivência das sociedades que desenvolvem crenças identitárias que acabam hostilizando as “outras”. Língua pode ser um objeto real ou um mito; pode ser uma estrutura ou um processo; em geral, isso depende do ângulo de observação, ou seja, do olhar e da disciplina de estudo”⁸.

Jonathan Steinberg, por outro lado, utilizando-se da perspectiva italiana sobre a questão da língua, aponta um panorama sobre as alterações as quais a língua fora submetida e os debates no campo acadêmico acerca dessas mudanças⁹. Ele

⁵ SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969, p.17.

⁶ PETTER, Margarida. **Linguagem, língua, linguística**. In: FIORIN, José Luiz (org.) Introdução à linguística. 5.ed., São Paulo: Contexto, 2007. p.13.

⁷ Ibid., p.13.

⁸ GUIBAN, 2009, p.26.

⁹ STEINBERG, Jonathan. **O historiador e a questione della língua**. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs.). História social da linguagem. tradução Alvaro Hattner, São Paulo: Editora UNESP, 1979. p 235-248.

ressalta que entre as décadas de 1760-70 a formalidade da língua culta passou a ser alvo de ataques, o que conseqüentemente, entre outros fatores, culminou nessas transformações. A língua, portanto, tornou-se “mais natural, menos racional, rígida e seca”. Aponta, portanto, como um expoente dessa mudança, um ensaio de Johann Gottfried Herder de 1769 em resposta a “um concurso sobre a questão da linguagem ser divina ou humanamente inspirada”, da Academia Prussiana de Ciências.

O autor destaca que para Heder, a linguagem é “um produto social, mutável e irregular, que refletia o progresso da sociedade humana da mais baixa à mais alta forma de conhecimento”¹⁰. Surge assim, uma nova concepção acerca da linguagem. Steinberg, por fim, sinaliza que a disputa sobre a questão da língua passa também a englobar as relações horizontais dentro de um mesmo grupo social. Para exemplificar essas transformações na questão da língua, e sua imposição como uma língua nacional de um determinado território, Steinberg volta ao caso italiano. Assim, o autor nos remete aos esforços empreendidos por uma gama de pessoas que durante a segunda metade do século XIX, trabalharam para ressuscitar uma língua culta rarefeita e para impô-la às massas. Isso tudo, enquanto lutavam para “unificar, purificar e difundir a língua nacional”.

Possivelmente essa ideia de “purificar” signifique diferenciá-la dos dialetos¹¹ regionais. O que culminaria no fim das barreiras territoriais e na unificação de uma nação já que os cidadãos estariam ligados por uma língua comum, falada dentro de um território. Entretanto, voltando à análise de Mello, vemos que a autora atenta para o fato das línguas não serem elementos estáticos, ou seja, elas evoluem, mudam e se diversificam – e até mesmo morrem – ao longo do tempo. É interessante também pensarmos nessa morte, pois, no nosso caso, é basicamente isso que ocorre com os falares africanos, dentro do contexto em que estudamos¹². Essa morte, em última instância, na perspectiva de Mello, ocorre como consequência do contato linguístico. Isso porque, em situações de grande assimetria hierárquica, como a que vemos no Brasil do século XIX, onde tentava-se impor o português como língua oficial, acaba levando a não utilização da língua materna pelos sujeitos que estão na base da pirâmide social. Caso dos africanos, a partir da diáspora.

¹⁰ Ibid., p.240.

¹¹ “Dialeto é o modo de falar do próprio e particular de uma língua nas diferentes partes do mesmo reino: o que consiste no acento, ou na pronúncia, ou em certas palavras, ou no modo de declinar ou conjugar” - BLUTEAU apud. TERSARIOL, Alpheu. **Origem da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editorial Irradiação S.A.,1970, p.35.

¹² Porém, ressaltamos a permanência de elementos lexicais de origem africana no nosso vocabulário, como por exemplos: a) Nomes geográficos: Caxambu, Bangu, etc.; b) Nomes de crenças: macumba, canjerê, muamba, candomblé, babalaô, etc.; c) Nomes de alimentos e bebidas: quitute, vatapá, cachaça, etc.; d) Nomes de indumentária e danças: tanga, maxixe, congo, etc.; e) Nomes de doenças: caxumba, banguela, etc.; f) Outros nomes: cacimba, camundongo, mandiga, marimbondo, quindim, quiabo, senzala, zumbi, etc.; g) Alguns compostos e derivados: angu-de-carçoço, pé-de-moleque, congada, molecagem, etc. TERSARIOL, 1970, p.154-155.

Uma vez forçados a utilizar a língua dos senhores, acabavam não utilizando a sua própria, ou utilizando em pequena medida e em momentos e lugares específicos, longe dos olhos do senhor. Ressaltamos esse ponto, pois, a violência e a repressão fora um aspecto desse período. Assim, levamos em consideração que a utilização da língua do senhor também representava uma questão de sobrevivência para esses sujeitos. Contudo, a não utilização, não significava o esquecimento dessas línguas, porém, comprometia o ensino das mesmas aos descendentes desses sujeitos. Todavia, como dissemos, tais línguas ainda se mantinham em situações específicas, como é o caso de cultos religiosos, onde ainda é possível localizar elementos lexicais de origem africana.

No que tange às línguas de contato, discorreremos a partir da perspectiva onde esse contato se dá “entre duas ou mais línguas em um contexto social, o que caracteriza fenômenos linguísticos regidos por normas e convenções sociais”¹³. Ou seja, abordaremos uma sociedade onde várias línguas são faladas, e na qual ansiava-se que os indivíduos dessa sociedade tivessem conhecimento de outra língua além da sua. Chamamos esse uso de línguas distintas em situações específicas, que atendam às necessidades do momento, de diglossia¹⁴.

Quando aborda a questão das fronteiras linguísticas e a intercomunicação entre línguas diferentes, Mello nos diz que essas estremaduras podem se referir a duas classificações: as que versam sobre os limites geográficos, nesse caso marcam a separação territorial onde línguas específicas são faladas; ou ainda, nos limites de cunho linguístico entre línguas distintas que cerceiam a sua mútua inteligibilidade. Essa inteligibilidade, segundo a autora “é um fenômeno calcado tanto em elementos estritamente linguísticos, quanto em elementos psicológicos, sociais e ideológicos”.¹⁵

Guisan traz uma perspectiva interessante com relação a isso. Segundo o autor, apesar de na literatura, habitualmente, língua e povo se confundam, a história já demonstra que esse papel identitário atribuído a língua não é um fator essencial para a coesão das comunidades humanas. No entanto, é preciso salientar que quando se vincula língua com a questão identitária, assinalasse sobretudo a alteridade, ou seja, há uma necessidade do Outro para se afirmar. Assim, o sujeito enunciatador se define pelo que ele não é¹⁶.

Quando questiona se língua tem território, Guisan nos fala que essa definição espacial está extremamente relacionado com a constituição dos estados nacionais modernos. Assim, de certa forma, atribui-se, geralmente, uma língua a um território. Admitindo-se, dessa forma, a ideia de fronteiras linguísticas. Todavia, tal ideia não

¹³ MELLO, 2014, p.366.

¹⁴ Ibid., p.371.

¹⁵ Ibid., p.369.

¹⁶ GUISAN, Pierre. Língua, cultura, religião e nação no mundo e no Brasil. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 01, n. 02, p. 104-126, 2015.

leva em consideração que há línguas sem um lugar, ou que mais de uma língua ocupe determinado território. Logo, as fronteiras podem se dissolver num ‘*continuum*’. Contudo, essa passagem gradual e imperceptível, segundo o autor, se apresenta como um verdadeiro incômodo para a solidez do mito nacional que traz em si, além de outros pontos, a ideia de língua comum. Ao abordar essa ideia de fronteiras ou ‘*continuum*’, Guisan nos fala que geralmente é abordada a questão das fronteiras como algo natural, no entanto, em sua ótica, ele nos diz que seria melhor falar de limite cultural e não de fronteira. Ivana Stolze Lima, é outra autora que também questiona a ideia de fronteiras linguísticas, uma vez que, as línguas se constituem como sistemas dinâmicos, em constante variação. Logo, de acordo com a autora,

A fronteira do Estado nacional não se confunde com a fronteira linguística, senão à custa de ações específicas e constantemente repetidas para que tal uniformização se atualize. As fronteiras se esmaecem também quando se considera as inúmeras formas de trânsito linguístico, provocados por migrações, comércio, arte.¹⁷

Portanto, podemos ter uma ideia de que o processo de implementação da língua portuguesa não se constituiu linear ou contínuo. Isto, porque, um dos aspectos averiguados da colonização que se implementou na América portuguesa foi justamente o multilinguismo. No que tange ao uso da língua pelos africanos, uma vez que, dentro desse sistema escravista, esses sujeitos e seus descendentes atuaram fortemente na difusão do português, eles a utilizavam igualmente como língua veicular. Assim como outras línguas presentes no território. Vale lembrar que os mesmos também eram associados a corrupção da língua¹⁸.

Ivana Stolze Lima também pontua que dependendo da região, urbana ou rural, o escravizado poderia ter mais contato com o português ou com línguas africanas – como era o caso de áreas de grandes *plantations*, em que essas línguas africanas poderiam ter mais trânsito. Porém, outros condicionantes somavam-se a essas escolhas, como, por exemplo, o tamanho da propriedade escrava - no caso da Paraíba, vemos que a propriedade escrava africana não tinha grande notoriedade - as formas como se vinculavam comunitariamente - as irmandades na Paraíba se mostraram de grande importância para essa população - assim como, o ofício que esse escravizado possuía.

¹⁷ LIMA, Ivana Stolze. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 352-369, dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000200005&lng=es&nrm=iso>. p.355. Acesso em: 23 de Fevereiro de 2020.

¹⁸ LIMA, Ivana Stolze. *A língua nacional no Império do Brasil*. Im: O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870. GRINBERG, Keila; SALES, ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

3.1 Unidade nacional e o problema das línguas indesejadas

Realçado os entendimentos acerca da questão mais teórica sobre a linguística (linguagem-língua-fala), abordaremos agora especificamente o contexto brasileiro e os meandros percorridos no que diz respeito à língua nacional e a existência de outras línguas no território. O primeiro ponto de destaque a ser dado, é quanto a ideia de uma suposta unidade quando pensamos em “países de língua portuguesa”. Isto, porque, sem uma visão mais atenta deixamos de lado as diferenças e tensões externas e internas dessa unidade que segundo Lima é mais projetada do que efetiva. Sendo assim, buscaremos recuperar a trajetória que culminou na consagração da língua portuguesa como língua oficial ou língua nacional, trazendo à tona os interesses que estavam em jogo nesse projeto político centralizador. Ressaltando, desde já, que como consequência desse processo, há uma supressão dos falares africanos.

Assim, é de suma importância que também contextualizemos a situação da língua portuguesa. Isso porque, ainda em 1822, a mesma não havia se tornado a língua oficial no território brasileiro. Resumidamente, podemos dizer que o português fora uma língua minoritária utilizada pelas populações urbanas, tendo em vista que nas regiões interiorizadas as populações faziam-se valer da *língua geral*¹⁹. Apesar de se tratar de tema controverso no campo da Linguística Histórica, segundo Argolo²⁰, apresentamos a definição de Rodrigues sobre o conceito de língua geral,

A expressão língua geral tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão.²¹

Logo, entendemos que o português era apenas mais um dos idiomas utilizados, dividindo espaço com os falares africanos e indígenas, além de outras

¹⁹ Ver: DIETRICH, Wolf. O conceito de “Língua Geral” à luz dos dicionários de língua geral existentes. **DELTA**, São Paulo, v. 30, n. spe, p. 591-622, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502014000300591&lng=en&nrm=iso>. Acesso 29 de Novembro de 2020; DE OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; DE LURDES ZANOLI, Maria; MODOLO, Marcelo. O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. *Journal of ibero-romance creoles*, v. 9, p. 306-333, 2019; e, NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **Introdução à história das Línguas Gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

²⁰ ARGOLO, Wagner. Língua Geral do Sul da Bahia: A necessidade de modalização em afirmações histórico-linguísticas. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 17, n. 1, 2013. p.304

²¹ RODRIGUES, Aryon. As línguas gerais sul-americanas. **Papia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1791/1602>. p.5. Acesso em: 18 de Novembro de 2020.

línguas europeias que também se faziam presente nesse período. Todavia, como pontua Guisan,

Uma violenta virada ocorreu no fim do século XVIII, quando o marquês de Pombal decidiu impor uma política linguística fazendo do português a língua oficial das colônias, exatamente na época em que emergia na Europa do Iluminismo a ideia de uma língua nacional, cimento das nações, substituindo de certa forma o papel das religiões como fator de coesão.²²

Logo, podemos situar, um primeiro marco na questão linguística brasileira no ano de 1757. Trata-se, portanto, da obrigação dos habitantes de falar o português. Tal obrigação, justificava-se na perspectiva dos portugueses, pela necessidade de comunicação que se mostrava mais forte que anteriormente. Porém, isso não significou que tal processo fora rápido – ressaltando que foi a língua geral, o *nheengatu*, que passou a predominar. De acordo com Lima,

As primeiras leis de instrução pública definiam como um dos objetivos ensinar a “língua nacional” aos futuros cidadãos da pátria, sendo este um dos caminhos para se chegar a um “modo geral de sentir” (Mattos, 1990: 251), indispensável para o projeto político saquarema: um Estado centralizado, sob a direção da classe de proprietários de terras e de escravos, em um regime de monarquia constitucional. Era consenso que Portugal havia posto o Brasil no caminho da civilização, e o atributo de uma língua civilizada deveria assim ser preservado.²³

É válido que se ressalte que o *nheengatu* era falado por diversos grupos sociais, incluindo os escravizados africanos, em determinadas regiões do território. Podemos compreender essa expansão da língua geral, também pelo fato de que, mesmo conscientes da importância da expansão do português, afinal era a língua do império, mais importante ainda, naquele período turbulento, consistia a questão da unificação territorial – independente da língua.

Bessa-Freire, ao abordar os estudos sobre as línguas, especialmente o *nheengatu*, acentua as perspectivas, muitas vezes pejorativas, com relação não apenas ao estudo das línguas, entre elas a indígena, como também ao processo que culminou na imposição do português como língua nacional²⁴. Além de constatar que há certo preconceito para com as mesmas, ele nos fala sobre determinadas disputas. Levanta, portanto, alguns dados importantes com relação a isso, por exemplo, a distinção entre as “línguas das minorias” e a língua portuguesa. Temos aqui uma reafirmação dos preconceitos e distinções entre a “língua pobre” e “língua rica”.

²² GUISAN, 2015, p.118.

²³ LIMA, 2012, p.353.

²⁴ O autor exemplifica a questão preconceituosa quanto a imposição do português baseando entre outros autores, no texto de Serafim da Silva Neto: Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, p. 61.

O autor nos aponta como exemplo também, que “Em 1850, a metade da população da cidade de Manaus, que era capital da província, não falava português como língua materna”²⁵. Isso nos leva a questionar alguns temas, como a ideia de território nacional, e de como o português se sobrepôs em boa parte do país, enquanto em outra parte ainda predominava línguas indígenas. O autor também dá visibilidade a questão dos esquecimentos, que por sinal é cara a nossa análise. Assim, ele busca tornar notório o ato de esquecer certas partes da história que envolve as línguas indígenas, e principalmente, o “esquecer que se esqueceu”. Podemos dizer que tal perspectiva também é válida para as línguas africanas.

Dando prosseguimento a questão do esquecimento, há uma importante conclusão do autor relativa à contribuição do mesmo para a construção política e territorial da nação. Dado que, perdem-se alguns fatos, como a declaração da independência de parte do “Brasil”. Além disso, Bessa-Freire fala sobre o fato de se ter uma ideia predominante no senso comum, de que o português é, desde a chegada dos portugueses na América, a língua oficial. Ele ressalta que antes da chegada, e até mesmo muito tempo depois, as línguas indígenas permaneceram presentes na sociedade. Atualmente, muitas se perderam – por diversos fatores – mas ainda se mantêm outras tantas.

Tratando-se do sistema de colonização e sua relação com a língua, Bessa-Freire pontua o incentivo por parte de Portugal, da expansão da língua geral, que podia ser entendida entre indígenas de diferentes tribos (já que haviam línguas particulares). O autor explica esse posicionamento baseando-se no projeto colonizador, que tinha caráter econômico. Portanto, necessitava de mão de obra. Logo, os indígenas seriam os primeiros a fazer parte dessa exploração como força de trabalho. Evidencia-se também, a ação dos jesuítas nesse projeto colonizador – as missões, portanto, tiveram sua parcela de participação na expansão do *nheengatu*, já que muitos jesuítas, tendo por finalidade a evangelização, primeiramente aprenderam a língua falada no território.

A partir dessa abordagem, vemos que a questão da linguagem também está associada a certa clivagem social, uma vez que, faziam-se distinções entre os indígenas e os africanos de acordo com o domínio das línguas. No caso dos africanos temos os latinos e os boçais, por exemplo. Ressaltamos que essa fronteira entre o domínio linguístico desses sujeitos negros não era tão nítido assim. Todavia, é importante que tornemos notório que a liberdade e o cativo também perpassavam por esse domínio do português.

Em suma, podemos dizer que todo esse processo foi extremamente complexo.

²⁵ BESSA-FREIRE, José Ribamar. **Nheengatu**: a outra língua brasileira. In: História social da língua nacional. LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p.120.

E mesmo após várias tentativas de fazer do português a língua oficial, na região do Amazonas, o uso das línguas indígenas ainda resiste. Aliás, essa língua, que entendemos estar associada a questão identitária, gerou uma série de problemas para essas pessoas que não tinham o português como língua materna, fossem elas indígenas ou africanas. Logo, compreendemos que o domínio de certas línguas por crioulos e negros escravizados, também fazia disso um ato de resistência, pois, naquele momento, naquele espaço, a língua proporcionava a liberdade que lhes fora tomada outrora.

Aparece também nesse período, outros instrumentos utilizados por parte dos portugueses para facilitar a comunicação, além do fator de dominação, uma vez que, compreendidas as línguas faladas por indígenas e escravizados, os senhores poderiam reprimir tentativas de revolta e planos de fuga. Como bem pontua Sílvia Lara, “se todos os senhores de escravos (...) soubessem esta linguagem não sucederiam tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes (...)”.²⁶

Ressaltamos também, o ideário evangelizador dos jesuítas que se fizeram valer desse aprendizado. Tais instrumentos consistem na elaboração das gramáticas, como, por exemplo, a elaborada por José de Anchieta em 1595. Não podemos deixar de citar também outras importantes gramáticas, sendo elas elaboradas pelo padre jesuíta Pedro Dias, e por Antônio da Costa Peixoto. Respectivamente, a *Arte da língua de Angola*, de 1697, de autoria do padre jesuíta; e *Alguns apontamentos da língua Mina com as palavras portuguesas correspondentes* e *Obra Nova de Língua Geral de Mina, traduzida ao nosso idioma*, datadas dos anos de 1731 e 1741. Contudo, como fora salientado anteriormente, mesmo com o projeto de imposição da língua portuguesa – que tinham um caráter social, econômico e ideológico – ainda assim, a língua geral chegou a ser cogitada, pois, continuou tendo seu uso recorrente na região do Grão-Pará.

No que diz respeito a imposição dessa língua civilizada, ou civilizatória, é importante que destaquemos que a questão da defesa da língua brasileira fora mais ampla do que o conhecido no senso comum. Logo, a questão do caráter hereditário do português é permeada de disputas e resistência por parte de alguns contemporâneos. Abordamos essa peculiaridade, pois, é importante que destaquemos os agentes que impulsionaram nesse processo de expansão da língua portuguesa internamente – a educação, a imprensa e a literatura. As disputas, os conflitos e as dificuldades causadas por esse pluralismo linguístico no território, como salienta Lima, fizeram parte da história brasileira mesmo quando a língua da metrópole estava em vias de unificação.

²⁶ LARA, Sílvia. **Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII**. In: ALMEIDA, Miguel Valle de. (Org.), *Trânsitos coloniais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p.219.

Abordando mais profundamente os conflitos linguísticos no século XIX, vemos que as demais línguas tornaram-se um obstáculo quando posto de frente ao projeto de construção do Estado. E, para contornar essa situação, além das medidas violentas executadas, está a criação de escolas. Esse pode ser entendido como um dos instrumentos de silenciamento dessas línguas, mas, que também ajudaram a construir a ideia de nação ao “integrar” esses povos pelo viés linguístico. Pois, a ideia de uma língua comum, proporcionaria um modelo de aproximação social entre esses diferentes grupos, que integravam essa sociedade Oitocentista. Sendo assim, se por um lado, as línguas do “outro” eram um obstáculo, por outra perspectiva também faziam parte de um projeto político do próprio Estado.

Para além dessa relação entre indígenas e portugueses quanto a língua, similarmente houve a relação dos africanos com a língua nacional. Esses eram vistos como deturpadores do português. Já, as línguas africanas, estas ocupavam um não-lugar nesse momento, uma vez que, os contemporâneos negavam-lhes sua influência na construção nacional. Tal silêncio sobre essa influência é de fato significativo. Nesse ponto, procuraremos entender justamente essas tensões que permearam o século XIX, período em que desponta a preocupação com uma língua nacional, indo além das questões políticas e econômicas.

As tensões travadas entre essa classe social e o português, apresentava-se como um obstáculo quando pensamos que esse grande contingente de africanos, traz consigo suas línguas maternas. A partir daí, a questão da língua com relação a esses escravizados torna-se mais complexa. Além de terem dominado o nheengatu em parte do território, como também de outras línguas gerais, e mesmo vindo de diferentes partes do continente africano, a comunicação entre eles fora possível dado o tronco linguístico. Sobre essa conservação linguística por parte dos africanos, de acordo como Mary Karasch,

A conservação das línguas africanas era um dos aspectos mais importantes da vida dos escravos longe de seus donos. Quando se encontravam com seus conterrâneos nas ruas e mercados, os escravos conversavam em ioruba, kikongo ou quimbundo.²⁷

Segundo Lima, isso tornou favorável a criação de uma resistência africana, mesmo com as proibições impostas pelos senhores no que diz respeito ao uso das línguas maternas. E, ao falarmos de resistência, intrinsecamente também falamos do “medo branco”. Isso porque, o falar africano, ininteligível para o senhor, lhe causa tanto medo assim como o próprio sujeito escravizado em si²⁸.

²⁷ KARASCH, Mary. **Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.293.

²⁸ Com relação a conexão entre língua e revoltas escravas, ver: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Portanto, vemos com relação às línguas africanas a mesma estratégia utilizada com as línguas indígenas, a elaboração de gramáticas, que a princípio tinha fins de catequização. Em suma, o domínio dessas línguas, fossem elas indígena ou africana, por partes dos colonizadores, seria um mecanismo de controle eficaz. Pois, como afirma Guisan,

[...] uma língua pode tanto se constituir como instrumento de hegemonia, como refletir a diversidade e a riqueza das culturas das quais ela é o veículo de expressão. Arma de opressão, ou ferramenta de liberdade, tais são as perspectivas contraditórias que a língua pode abrir, às vezes simultaneamente.²⁹

Por fim, os africanos caracterizam-se também como propagadores do português, mesmo que não estivessem conscientes disso. Tratando-se do último grupo social presente no território brasileiro e que não eram falantes de português, aparecem os imigrantes. Vemos que, mesmo obtendo domínio sobre a língua, os mesmos ainda se utilizavam de suas línguas maternas até certo ponto, quando essa atitude passa a incomodar o Estado. Este, no que lhe concerne, passa a tomar medidas fazendo-se valer do aparelho jurídico para impor o uso da língua nacional na educação.

Por último, destacamos aqui alguns dos elementos que ajudaram o Estado nesse projeto expansionista, são eles: a imprensa, que teve um papel estratégico nessa questão já que era necessário toda uma mão de obra adequada para trabalhar, fora as pessoas que consumiam as publicações; as escolas e os cursos superiores, que contribuíram para a nacionalização da língua, tendo em vista que já não se fazia necessário o deslocamento até Coimbra para essa finalidade; e por fim a própria literatura, onde as tensões entre os “construtores e os herdeiros” se fizeram presentes³⁰. Em suma, assim como todo o processo histórico brasileiro, esses elementos não estavam isentos dos mesmos conflitos.

Em síntese, podemos dizer que sobre a questão abordada neste capítulo, entendemos que a linguagem não é algo fixo. Ela reaparece constantemente, e constantemente modifica-se, por que a sociedade também encontra-se em contínuo movimento, transformando-se. Constatamos assim, que esse movimento de circularidade dentro da história, onde cultura e língua alteram a realidade e a realidade também tem os mesmos efeitos na cultura e na língua, se dá pelo fato de que “a história é feita por objetos que são também sujeitos.” Por fim, podemos concluir que todo esse processo de expansão e retração dessas línguas, assim como todo o processo que permeia o período colonial, e muito para além disso, são, ainda, parte de um projeto político e econômico. O esquecimento dessas ricas culturas

²⁹ GUIBAN, 2015, p.123.

³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Construtores e herdeiros**: a trama dos interesses na construção da unidade política, Almanack Brasiliense, nº 1, 2005, p. 8-26.

arraigadas as línguas, tanto no passado como atualmente, continuam a responder determinadas expectativas de uma elite letrada e “civilizada”, que subjuga e decide o que deve ou não ser lembrado.

4 “Escravos fugidos”: os anúncios de jornais e a resistência na experiência da fuga

Corresse, nego, corresse, com medo de apanhar?
Lá vem a barra do dia, será o dia, será?

É com essa faixa do CD intitulado, “Desencosta da parede”, lançado em 2007 que iniciamos nosso último capítulo. Esse coco de roda em questão, intitulado “Corresse, nego”, remete a situação de fuga de um negro cativo. Fuga que se dá motivada entre outras coisas, pela violência característica do regime escravista. Uma vez que, os maus tratos, os castigos, a figura do senhor e a própria escravidão, eram elementos que impulsionavam esses planos, independente das dificuldades iniciais. E, é esse ato de resistência, que passaremos a abordar, especificamente, neste capítulo. No entanto, nos ateremos, principalmente, as características dos fugitivos descritas pelo senhor, em especial a *marca das falas*.

Além disso, esse canto também nos fornece evidências quanto a memória local sobre a violência infligida a essa população escravizada, os atos de resistência, assim como a própria escravidão. Fato que nos desperta curiosidade, é por esta ser uma das poucas músicas, presente no repertório tradicional dos cocos de roda de Caiana dos Crioulos¹, que fazem referência à escravidão. Isso porque, segundo Eurides de Souza Santos, os moradores locais, não tinha por hábito, falar sobre esta questão abertamente até décadas atrás.

Portanto, no presente capítulo, tomando por base a documentação utilizada, buscaremos enfatizar a luta desses sujeitos escravizados em favor de sua liberdade. Especialmente, através do ato da fuga, na qual, buscavam “se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres”². Dando um novo nome a liberdade. Todavia, ressaltamos as palavras de Isabel Reis acerca das fugas, na qual a autora afirma que,

iam desde pequenas ‘escapadelas’ para divertimento, a prática religiosa, a visita a parentes ou os encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos, fosse misturando-se a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos.³

¹ A Caiana dos Crioulos é uma comunidade paraibana, localizada na cidade de Alagoa Grande, de maioria negra, que recebeu o título de “remanescente dos quilombos” em 2005, pela Fundação Cultural Palmares. Para maiores informações, ver: SANTOS, Eurides de Souza. Memória Social: a brincadeira dos cocos na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos-PB. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 59, p. 261-282, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i59p261-282>. Acesso em: 4 de Agosto de 2020.

² REIS; GOMES, 2000, p. 9.

³ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. p. 91.

Ressaltamos que esse ato também poderia estar associado a outras formas de resistência, que iam desde ataque direto aos senhores, o roubo, a formação de quilombos a desobediência, até o suicídio. Dentre esses ataques diretos, além da ação física, também citamos o uso de venenos por parte dos escravizados. Isto, porque, alguns deles dominavam o conhecimento sobre as plantas, inclusive as venenosas⁴. Pois, como acertadamente salientam, João José Reis e Flávio Gomes “Onde houve escravidão houve resistência. E de todo tipo”⁵.

Não podemos deixar de citar também a resistência encontrada no ato de cantar enquanto trabalhavam. Esse traço cultural marcante dos povos africanos, mantido por homens e mulheres - mesmo mediante a ação da diáspora, quando trazidos forçadamente para o Brasil - traz consigo uma releitura do próprio ato. Pois, como afirma João José Reis, “essa atitude diante do trabalho servia tanto para espantar a tristeza da vida como para estabelecer limites à exploração”⁶. No mais, cantar era resistir.

Ademais, gostaríamos de ressaltar desde já, o motivo que nos levou a escolher os anúncios de fuga de escravizados como fonte para trabalharmos a questão da língua desses sujeitos escravizados. Poderíamos ter optado por outras categorias de anúncios, como de venda e aluguel de escravos, assim como outros gêneros de fonte. Todavia, os anúncios de fuga nos oferecem uma descrição dada pelo senhor do escravizado. E, nessa descrição, não vemos uma exaltação de suas aptidões, mas sim, meios de identificação que perpassavam também pela fala desses sujeitos escravizados. É nesse detalhamento concedido pelo senhor, que vemos traduzido a forma como os mesmos enxergavam seus bens. Sobre o uso da imprensa por parte dos senhores, com a finalidade de reaver seus bens, Eleonora Félix da Silva nos diz que,

Era no espaço urbano que os proprietários de escravos acionavam os jornais como mais um instrumento de controle sobre os negros e negras escravizados. Os senhores escravistas, a fim de defender seus interesses, valiam-se dos jornais para manter sua propriedade quando os cativos fugiam de seus domínios.⁷

Além disto, ainda sobre esse olhar do proprietário sobre a sua escravaria, acreditamos que tais informações, contidas nos anúncios, poderiam nos fornecer evidências sobre as práticas desses homens e mulheres. Afinal, entendemos que esses sujeitos escravizados não eram amorfos. Mesmo mediante tamanha violência, cuja

⁴ Sobre o assassinato mediante uso de venenos, ver: LIMA, Maria da Vitoria Barbosa. **Crime e castigo: a criminalidade escrava na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

⁵ REIS; GOMES, 2000, p. 9.

⁶ REIS, 2003, p.358.

⁷ SILVA, Eleonora Félix da., **Diáspora africana e pessoas escravizadas em Areia**. In: ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (orgs.), 2018, p.137

as fontes são testemunhas, os mesmos reconstruíram suas vidas, ressignificaram suas existências e lutaram por sua liberdade.

Caso de Anna, “negra ladina”, de “nação Conga”, que “No dia hum de Abril fugio da Cidade da Paraiba”. Anna é descrita por seu proprietário “com sinaes seguintes, estatura baixa com huns calombinhos no rosto de huma e outra parte”, indicando o pertencimento a alguma etnia. Além disso, notamos como esses proprietários enxergavam esses corpos negros, pois, o anúncio nos diz que Anna “naceo com seis dedos encada maó, e apesar de ser cortado hum em cada pé dos minimos, tem os dedos e pes rombudos”. Tal ato evidencia também, a cruel ideia que se criou e se perpetuou na sociedade, das mulheres negras serem mais resistentes a dor.

Esse anúncio nos revela inclusive, que ao menos uma parcela desses escravizados tinham uma compreensão da sociedade em que viviam, pois, no ato da fuga, Anna “levou hum tabuleiro com 70000 de fazendas”. Essa informação, associada ao domínio linguístico, nos faz pensar que Anna planejou sua fuga, e o que faria depois. Todavia, como esperado, seu senhor não aceitaria tal afronta a seu poder. Assim, publica ainda no mesmo anúncio, instruções a qualquer um que a capturar dizendo que, “a qual quer pessoa apuderá amarrar e conduzir a casa de seu Sr. João Xavier Vidal na rua do Varadouro na Cidade da Paraiba o qual saberà pagar bem o seo trabalho, ou em Pernambuco na rua da Cadeia do Recife ao Sr. Antonio Pereira da Cruz Barreto”⁸.

Lima ao analisar as fugas de escravizados, e as prisões dos mesmos, enfatiza o retorno desses sujeitos a posse de seus senhores. A autora pontua que esse retorno podia ser feito tanto contra a vontade daqueles que fugiram, ou seja, após serem capturados pelos capitães do campo⁹ ou pela polícia. Como também por vontade própria ou mediante as dificuldades de viverem no “mato”¹⁰. Sobre a emblemática figura com capitão do campo, Ademar Vidal o descreve da seguinte forma:

O capitão do campo fez-se dentro desse meio de aguda opressão. Geralmente era um typo possante. Homem corpulento que se encarregava de caçar o escravo fugido. Seu todo bem revelava a deshumanidade com que agia na captura dos párias authenticateds com o auxilio da memória.¹¹

Além do mais, é válido ressaltar que quando capturados, nem todos os senhores ficavam satisfeitos com o regresso a suas posses de seus bens. Logo, alguns solicitavam que esses fugitivos além de presos, fossem também açoitados, como

⁸ O CRUZEIRO: Jornal Político, Literário e Mercantil, 1830.

⁹ Localizamos na documentação analisada que os “capitães do mato” eram denominados “capitães do campo” na Paraíba.

¹⁰ LIMA, 2010, p.217.

¹¹ VIDAL, 1988, p.134.

uma demonstração para o restante da escravaria dos castigos recebidos pelos que fugiam, numa tentativa de inibir outras fugas. Assim, aplicavam, o que podemos chamar de “castigo exemplar”. Entretanto, ressaltamos que, a punição pública, ato comum até então, passa a se restringir aos porões do cárcere a partir de 1829¹².

Salientamos que no caso da Paraíba, as matas de Tambaú, era um conhecido local de escravos fugitivos¹³. Todavia, nem todos optavam pelas matas como abrigo, o ambiente urbano também era uma opção. Além disso, segundo o levantamento que Lima faz, a incidência de fugitivos era predominantemente crioula. Logo, a porcentagem de africanos fugitivos era bem menor¹⁴. Entendemos que o quantitativo dessas incidências eram baixas, pois, também era decadente a quantidade de escravizados de origem africana nessa região, pelos motivos que já exploramos no capítulo 2. Vale pontuar também, que nem sempre os senhores optavam por manter esses escravizados, principalmente quando já havia um histórico de fugas. Assim, os mesmos preferiam desfazer-se desses sujeitos, pois, os consideravam “viciados e incorrigíveis”, vendendo-os inclusive, para outras províncias.

Evidenciamos também, que nessa busca por construir sua liberdade, os escravos fugitivos que detinham algum ofício, tinha maiores possibilidades de viverem sobre si. Pois, conseguiam meios de sobreviver através do seu trabalho. Este é o caso de Francisco, que tinha ofício de oleiro e fugiu com Manoel que “parece crioulo, por vir pequeno de Angola”¹⁵.

Nos fazendo valer dessa fonte, podemos constatar alguns fatos interessantes. Por exemplo, nem todos os escravizados fugiam sozinhos ou tomavam o mesmo destino após concretizarem a fuga. Podiam, portanto, agir individualmente ou em grupo. Pois, como o anúncio relata, ambos encontravam-se “fugidos do citiio do Remedio, suburbio de Affogados”. Além do mais, no anúncio fala-se que “o primeiro dizem, que levado para as partes da Paraíba ou Dimoeiro [...], e o outro para humas lavras de mandioca do lugar do Junco, arrebaldes do Monteiro e Apipucos “. Ademais, essas fugas, planejadas ou não, eram quase sempre de oportunidade. Ou seja, os escravizados muitas vezes aproveitavam da fragilidade da situação dos seus senhores, seja ela econômica ou no que se refere a vigilância de sua escravaria.

Outro fato interessante sobre a fuga dos nossos dois sujeitos é que pelo fato de Manoel ter vindo pequeno de Angola, o mesmo parecia crioulo. Ou seja, podemos supor que o mesmo dominava a língua local. Logo, a comunicação entre ambos parece ter sido possível. Todavia, podemos supor que em alguns casos, os escravizados utilizavam-se de suas línguas maternas, ou da língua de seus ancestrais

¹² KARASCH, 2000, p.180.

¹³ LIMA, 2010, p.108.

¹⁴ Ibid., p.204-206.

¹⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1830.

para realizar o planejamento de fugas, entre outros atos. Tornando, assim, mais difícil para a vigilância do sistema escravocrata, entender e reprimir os atos de rebeldia e resistência desses homens e mulheres. Pois, como bem salienta Ivana Stolze Lima,

As línguas oriundas da África eram usadas tanto em momentos de trabalho como nas diferentes ocasiões em que africanos e descendentes estivessem reunidos. Muitos africanos que pertenciam a etnias diferentes entravam em contato — e aprendiam a comunicar-se — já nas travessias para os portos de embarque e ao longo da viagem nos navios. Isso era facilitado pelas semelhanças de algumas das línguas da família banto. Além das próprias línguas maternas, eles poderiam ainda usar línguas francas (línguas comuns) para trocar idéias, praguejar contra o senhor ou lembrar-se da terra. Essa comunicação guardava um grande potencial para a autonomia dos escravos, incluindo formas de solidariedade e de resistência ao regime escravista.¹⁶

Todavia, é importante que tornemos notório, que permanecer fugitivo requereria ajuda. Logo, era de extrema importância que esses escravizados pudessem contar com a proteção, sociabilidades recriadas e amparo de outros diferentes indivíduos - fossem escravizados, libertos ou livres - nessa empreitada. Pois, as chances de terem suas fugas frustradas com a captura, sem essa ajuda, eram altas. Entretanto, não descartamos a hipótese de que esses sujeitos tivessem algumas estratégias mesmo após a sua captura. Exemplo disso, é que quando capturados eles podiam optar por falar a verdade e serem poupados de ser postos a leilão, como também poderiam sair da prisão mais rapidamente e planejar novas fugas¹⁷.

Ademais, para conseguir auxílio no ato da fuga e após ela, as sociabilidades construídas por esses sujeitos enquanto cativos, eram fundamentais. O ambiente de trabalho seria desta forma, o lugar mais importante para se construir esses laços. Mattoso ao descrever esse ambiente do cativo o caracteriza como “uma vida rude, monótona e regrada na qual o trabalho jamais parece deter-se e o lazer depende unicamente de boa vontade dos chefes e senhores ou das intempéries que utilizam o canavial”¹⁸. Logo, com base nessa descrição, podemos identificar que um dos elementos da diáspora é justamente a criação de formas de resistência.

Ressaltamos esse ponto, porque entendemos que essa busca pela liberdade era um caminho que se construía na base das relações sociais. Logo, eram nessas trocas, realizadas dentro e fora das senzalas que esses sujeitos estruturavam seus planos, pois, eles “tinham que levar em conta uma série de considerações: o momento da fuga, direções e caminhos a seguir, as possíveis redes de proteção e solidariedade a que pudessem recorrer, entre outras”¹⁹.

¹⁶ LIMA, Ivana Stolze. Línguas Malditas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 9, abril de 2006. p.1

¹⁷ GOMES, 2003, p.58.

¹⁸ MATTOSO, 1990, p.135.

¹⁹ LIMA, 2010, p.218.

Porém, devemos ter em mente que a quantidade de africanos na Província da Paraíba não era tão significativa, logo, era necessária uma articulação com outros escravizados. Pois, como afirma Mattoso, numa propriedade pequena a tendência é que a vida comunitária seja mais custosa²⁰. Principalmente se considerarmos, que alguns desses sujeitos também não dominavam a língua. Todavia, a socialização não era algo impossível.

Além do mais, não podemos dizer que esses sujeitos permaneciam sozinhos, mesmo que assim estivessem no ato da fuga. Muito provavelmente foi esse o caso de Domingos, “hum escravo de Nação Angola”, que permanecia fugido já a quatro anos. No anúncio, diz-se que,

“Este negro acha-se a 2 annos na Provincia da Paraíba, e esteve muito tempo em poder do Sr. Joze Apollinario de Araçajé de cujo poder passou por o do Sr. George Brocklehurst donde novamente fugio; o referido escravo he com serrador, carreiro, e taxeiro; fugio a seu Sr. de huma fazenda d’algodaõ no termo do Limoeiro com huma comma de dinheiro”.²¹

Tomando por base tal anúncio, notamos alguns pontos importantes, como a recorrência da fuga, da captura, e o planejamento expresso no ato de levar consigo algum dinheiro. Ademais, notamos que o escravizado em questão trabalhava em uma fazenda algodoeira de onde fugira, o que reforça nossa reflexão anterior sobre as atividades onde a mão-de-obra africana era utilizada.

No mais, apontamos também outro ponto interessante na descrição feita sobre Domingos. O anúncio nos diz que “o maior sinal que tem he ser um tanto gago”. Assim, percebemos que além da descrição física e de suas possíveis habilidades profissionais, a fala e o modo de falar, também era utilizado como forma de discriminação por parte dos senhores. Logo, as peculiaridades do falar e os problemas de comunicação, também são outras marcas estigmatizantes. A gagueira, de Domingos é um exemplo.

Dando prosseguimento as nossas análises, um anúncio nos despertou a curiosidade, pois, trazia a informação não apenas da fuga em si, mas do que a motivou, segundo a visão do senhor. Assim, no anúncio de fuga de Jacinto, um escravo de nação Congo, e descrito como “muito ladino”, encontra-se a informação que diz que o mesmo fora seduzido. Consta, também, que o cativo havia sido levado de Pernambuco para a cidade da Paraíba onde quiseram vendê-lo²².

Importante evidenciarmos que essa ideia de sedução é diferente se analisada a partir das duas classes sociais - senhores e cativos. Por parte do cativo, a ideia de sedução pode referir-se a liberdade, afinal, jurídica e socialmente, a liberdade

²⁰ MATTOSO, 1990, p.136

²¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1827.

²² O CRUZEIRO: Jornal Político, Literário e Mercantil, 1829.

era algo que todo homem e mulher desejava. Além do mais, essa ideia analisada pela perspectiva do cativo, contava com a ajuda e a solidariedade da qual tratamos anteriormente. Tal solidariedade podia ser encontrada em pessoas livres e libertas - principalmente as últimas, uma vez que, já viveram as agruras da escravidão e no momento viviam a liberdade.

No entanto, é importante não generalizarmos a questão da solidariedade, pois, estamos falando sobre seres humanos, sujeitos que nem sempre eram solidários. O fato de terem sido escravizados não constituía por si só elemento para solidariedade entre diferentes escravizados. Importa mencionar que as experiências da liberdade nos mundos da escravidão foram plurais. De modo que, um escravizado recém liberto queria se aproximar do livre, então, comprava sapatos e um escravizado. Essa era a lógica social, cultural, econômica e política vigente.

Todavia, no ponto de vista do senhor, esse aliciamento, traz consigo a ideia de que não fora o escravizado a tomar iniciativa na fuga. Sendo assim, implicitamente há uma sugestão que esses sujeitos também desejavam voltar aos domínios do senhor. Logo, essa narrativa tenta tirar do escravizado a iniciativa de suas ações, colocando-os nessa construção como sujeitos passivos, e não como pessoas que estruturaram relações, planejaram e executaram atos de resistência buscando assim tornar-se livres.

Além da sedução, o roubo do escravizado, é outro argumento utilizado pelos senhores ao se referirem a fuga dos seus cativos. Temos evidência disso, no anúncio da fuga de Joaquim, fugido já a dois anos, posto que este “escravo angola de nação Cassange” foi roubado da casa de seu senhor na cidade da Paraíba. Entre suas características, a primeira que é destaca, é o fato de ser “bem ladino”. Fala-se também da descoberta de seu paradeiro em diferentes locais, e da compra do dito escravizado por determinado senhor, aparentemente sem saber que o mesmo já era propriedade de outro. Por fim, vemos que o roubo de escravos não era apenas um argumento, mas tornou-se nessa sociedade uma forma de comércio rentável, principalmente diante das dificuldades impostas pelo fim do tráfico de almas com a lei de 1831. Todavia, as consequências para quem praticava esse crime eram severas. E, possivelmente foi o que enfrentou “Francisco José Botelho, vendedor do escravo no Icó [...] preso na cadeia publica da Parahiba por este facto”²³.

Além das motivações citadas até aqui, para que os escravizados empreendessem nos atos de fuga, citamos outro: a procura de laços familiares. Nessa busca, percebemos que a distância não era um empecilho, apesar das dificuldades que muito provavelmente essas pessoas enfrentavam no trajeto, e sobre as quais já abordamos. Esse foi o caso da “negra de angola por nome Maria, [que] já velha” fugiu em companhia de um “cabrito de 14 anos de idade”. Ressaltamos a

²³ DIÁRIO NOVO, 1842.

procura pelos laços familiares, porque o anúncio traz a informação de que Maria tinha “duas filhas forras, na Parahiba”. O que nos leva a supor que este tenha sido seu destino após a fuga²⁴. Tais informações nos fazem refletir sobre o conhecimento dos senhores sobre os seus domínios e dominados, pois, o senhor já supõe o destino dos fugitivos a partir do que as fontes nos apontam. O caso da fuga do “preto de nome Zeferino”, de “nação da Costa” e “muito ladino”, que havia fugido do “Engenho Pau d’arco da Paraiba”, é um exemplo, pois, o anúncio traz a “suposição que dito preto se tenha passado daquela Provincia para esta de Pernambuco”²⁵.

Em síntese, podemos afirmar, com base nos exemplos tratados até o presente momento, que a fuga podia ser tanto breve - durando alguns poucos dias ou semanas -, quanto uma longa e árdua luta pela liberdade. Assim, esses sujeitos, enquanto fugitivos, buscavam incorporar novas características as suas vidas, principalmente para se passarem por livres ou libertos. Logo, podemos identificar suas participações em diversas atividades, até nas que eram postos em risco, e, por fim acabavam sendo descobertos.

Isto, porque não era apenas da polícia e dos capitães do campo que esses sujeitos se escondiam. Eles podiam ser delatados por qualquer um que os reconhecesse, ou até mesmo por aqueles que suspeitavam que eram escravizados. Afinal, também existiam os que pretendiam receber algum valor, referente a indenização pela captura de escravizados fugitivos. Desta forma, podemos concluir que, seja no “mato” ou na cidade, o objetivo dessas pessoas era de se manterem anônimas, misturados a população, escondendo o máximo que lhes era possível sua verdadeira condição. No entanto, nem todos conseguiam escapar das garras do poder repressor, como vemos no diálogo, escrito e traduzido para o português, por Antônio da Costa Peixoto.

Mebubū (Gente fugida ou perdida)
Guisi (Pergunto: tu andas fugido?)
Humsi/ Masihã (Responde: ando fugido/ não ando fugido não)
Sóháhuhema mápom (Mostra o escrito para eu ver)
Héhunihē (Aqui está)
Hihá lichouthóhē (Vai andando o teu caminho)

Huhema matim (Não tenho escrito)
Huhema hébū (Perdi o escrito)
Guácheguimatim huhema, ná blauhē (Se não tens escrito hei de amarrarte)
Máblame hã (Não me amarre não)
Hum bihó - héhíhávouvódum (Peço lhe pelo amor de Deus)

Sógamnáme (Dá cá a corrente)
Sócamnáme (Dá cá uma corda)

²⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1837.

²⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836.

Name alõ (Dá cá as mãos)
Alòhéhunihē (Aqui estão as mãos)
Blame abó (Amarre me devagar)
Tum camnáme (Tire me as cordas fora)²⁶

Outro aspecto interessante da fuga, que evidenciam o planejamento e que estão presentes em alguns anúncios, é a questão da vestimenta. Localizamos, portanto, histórias como do escravizado Bazilio, descrito como “um tanto disfarçado, muito ladino e bem parecido, á ponto de poder passar por forro em qualquer parte”, reforçando nossos argumentos quanto a importância do domínio linguístico por parte desses sujeitos para terem alguma mobilidade social. Além, disso, o anúncio menciona o fato de que Bazilio

não tem officio algum, apenas sabe batalhar no campo, e terá de idade 14 a 16 anos. Levou uma calça azul, jaqueta branca, camisa de madapolão, seroulas de algodãozinho, chapéo de palha grossa, baèla verde. Conduz sempre comsigo um mocozinho de couro a tiracollo. Tem o vicio de tomar tabaco, fuma, e bebe, bem não tem o costume de embreagar-se.²⁷

Além de Bazilio, temos também o caso do escravizado José, “negro, [de] nação Angola”, que fugio com um cabra de nome Manoel. A fuga de ambos, salienta o que já pontuamos sobre as sociabilidades que os sujeitos africanos construíam com outros cativos. Ademais, no anúncio, se noticia que ambos “levarão comsigo roupa de algodãozinho tinto e algodão da terra, e foram montados em dous cavallos que furtarão, sem o um quartáo castanho, com algumas manchas, e outro russo, chotão”²⁸. Nesse caso, vemos o roubo atrelado a fuga, que como dissemos anteriormente também era um ato de resistência.

No que diz respeito, especificamente a questão das vestes, fato comum em ambas as fugas, podemos sugerir a hipótese do planejamento. Porquanto as duas fontes nos fazem pensar que esses escravizados contariam com uma rede de apoio já estabelecida. Tanto no caso de Bazilio, principalmente por ser jovem, quanto os outros dois, por ainda terem conseguido levar dois cavalos de seu senhor. Sobre o ato de levar as vestimentas, Lima ressalta que,

[...] fugir com apenas a roupa do corpo indicava que houvera pouco planejamento por parte do escravo, mas, se ele levasse consigo roupas que pudesse trocar, mostrava que o planejamento existiu e sabia que podia confundir as autoridades policiais e os capitães de campo - que, porventura, estivessem à sua procura - o que possibilitaria que sua fuga tivesse mais chances de dar certo e que sua liberdade fosse mais duradoura.²⁹

²⁶ PEIXOTO, Antonio da Costa. **Obra nova de língua geral de Mina de Antonio da Costa Peixoto**: manuscrito da Biblioteca Pública de Évora: publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1731. p.21.

²⁷ DIÁRIO NOVO, 1846.

²⁸ A ORDEM: Jornal Político, Literário e Crítico, 1850.

²⁹ LIMA, 2010, p.213.

Todavia, é importante destacarmos que, tratando-se do ambiente urbano, e da situação econômica da Paraíba, andar mal vestido ou mal calçado, não tenha sido uma máxima restrita apenas aos cativos. Possivelmente a população livre e pobre também estivesse sujeita as mesmas dificuldades, mesmo que por outras motivações. Logo, a vestimenta, especialmente com o passar dos anos, não poderia ser considerada suficiente para identificar sujeitos fugitivos ou para supor a condição desses homens de cor. Assim, notamos a relevância que os senhores dão a outros aspectos na hora de descrever sua escravaria. Porém, presumimos que a importância dada por esses sujeitos a esses elementos também são um reflexo de como eles percebiam a sociedade. Deste modo, constatamos que uns vão dar mais atenção para esse elemento do que outros. Supomos, inclusive, que associada ao ofício desse sujeito, a vestimenta, e o domínio linguístico, poderia ajudá-los a conseguirem um emprego, por exemplo. Pois, os mesmos pretendiam-se passar por libertos.

Malheiros, por exemplo, indica a presença de escravizados bem vestidos e calçados, que reforçam a ideia da dificuldade do reconhecimento única e exclusivamente pela aparência. Soma-se a isso também o alto grau de mestiçagem da sociedade paraibana. De acordo com o autor,

Nas cidades já se encontram escravos tão bem vestidos e calçados que, ao vê-los ninguém dirá que o são. Até o uso do fumo, do charuto, sobretudo, sendo aliás um vício, confundido no público todas as classes, nivelando-as para bem dizer [...]

Ainda mais, a muitos permitem os senhores que vivem sobre si, com a obrigação apenas de darem um certo salário ou jornal; o restante é pecúlio dos escravos, que assim lucram, e vivem quase isentos da sujeição dominical, quase livres.³⁰

Por fim, achamos necessário pontuar, que além das cidades, desse ambiente urbano, o sertão era outro lugar a oferecer possibilidades para esses cativos. Pois, ali criavam um tipo de liberdade, e conseguiam uma mobilidade social que não era possível quando sob a vigilância do senhor. Além do mais, devido às dificuldades de se aplicar a lei, essa região caracterizava-se pelas difíceis chances de captura³¹. Em suma, esse era um dos territórios mais atrativos para esses fugitivos.

Uma vez que chegamos até aqui nas nossas análises, neste capítulo, nosso leitor pode já ter notado que todas as fontes trabalhadas até o momento pontuaram a “ladinidade” dos nossos personagens. Assim, como suas gradações. Logo, seria plausível se questionamentos sobre a chegada ou a presença de “pretos novos” surgissem em algum momento. Portanto, achamos que seria importante trazer elementos sobre a presença desses sujeitos chamados boçais, em contraponto com os fugitivos, ladinos em sua maioria.

³⁰ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes, 1976. 2 v. p.95-96.

³¹ LIMA, 2010, p.226

Importante ao abordamos a presença de boçais na Paraíba, é o caso do patacho Herminia. Resumidamente, esse fato trata-se da apreensão do patacho com a presença de vinte e um africanos. Ressaltamos que isso ocorre em tempos de ilegalidade do tráfico de escravos, ou seja, pós lei de 1831. Assim, em 1850 o presidente da Paraíba toma conhecimento sobre a apreensão dessa embarcação.

Sobre os africanos apreendidos, a suspeita era de que fossem boçais. Todavia, os africanos foram ouvidos pelas autoridades com a ajuda de um tradutor, o que ratifica o fato de não dominarem a língua portuguesa. O intérprete, por sinal, era outro africano, de nome Manuel. Essa informação também nos revela outros artifícios utilizados pelas autoridades política e de mando, sobre as formas de contornar as barreiras impostas pela língua³². Além do caso do patacho, temos também a história de Joaquim, um preto que fora recolhido à cadeia por estar andando “sem destino”. Assim, durante o interrogatório, o chefe de polícia constataram que o mesmo era africano, e boçal, por não compreender as perguntas que lhes fora feita³³.

Sendo assim, em vista de conclusão, acreditamos ser acertado dizer que todo sujeito escravizado almejava conseguir sua liberdade – esta podendo não ser somente a fuga, mas pequenas conquistas cotidianas, como ter um casebre, um pedaço de terra para plantar ou constituir família -, da maneira que lhes fosse possível. Pois, reaver aquilo que um dia lhes fora tirado era o desejo de todos aqueles vítimas de tamanha violência. E dentro desse quadro, como pontua Lima, “Conservar as línguas era crucial para aqueles homens e mulheres. Significava manter, em meio à situação adversa e muitas vezes violenta da escravidão, o próprio conhecimento que tinham do mundo, sua forma de olhar e sentir, sua identidade cultural, algo que lhes pertencia”.³⁴

³² Sobre o caso do patacho Herminia, ver: GUIMARÃES, 2015, p.196-211.

³³ LIMA, 2010, p.256.

³⁴ LIMA, 2006, p.1

5 Conclusão

Embora o século XIX, recorte temporal selecionado para nossa pesquisa, não nos forneça uma documentação voltada especificamente para a questão linguística, acreditamos na importância de analisar nas diversas fontes, os indícios que comprovam a existência de um plurilinguismo africano no Brasil. Todavia, ao levarmos nossa pesquisa para uma região até algum tempo atrás, pouco explorada, no que diz respeito aos estudos sobre a escravidão, visamos contribuir para a construção de uma memória social, principalmente voltada para a questão linguística. Pois, entendemos que a memória é seletiva e se constrói conforme os interesses da sociedade de cada período. Assim, procuramos dar suporte na construção de identidades de uma população que no censo de 2010, consta com mais da metade declarando-se como preta ou parda.

Além do mais, buscamos com a nossa proposta de pesquisa, contribuir com a historiografia da escravidão, especificamente a da Paraíba. Ressaltando a luta de homens e mulheres que empenhavam-se por integrar-se à sociedade. Homens e mulheres escravizados que foram submetidos ao jugo desse cruel sistema. Mas, que demonstraram uma percepção de mundo e do que acontecia em seu tempo, que torna impossível dar continuidade a ideia desses sujeitos como passivos, como seres amorfos. Afinal, as fontes demonstram justamente o contrário. Essas pessoas lutaram por melhores condições de vida para si e sua descendência, assim como para outros cujos laços foram criados. Lutaram por sua liberdade de formas diversas.

Visamos assim, através dessas breves histórias, quebrar um silêncio historiográfico sobre a contribuição desses sujeitos, dentro desse processo que pôs fim ao sistema escravista. Ademais, esperamos que também se quebrem os silêncios sobre a influência das línguas de origem africana na formação da língua brasileira. E, mais, sobre a forma como esses sujeitos contribuíram para a formação do português brasileiro, e sobre como os mesmos se fizeram valer da língua portuguesa.

Nos atemos a essa importância, pois, as línguas africanas, diante da diversidade linguística, a qual abarca, não só podem como devem ser estudadas. Afinal, são mais de 2.000 línguas das quais, muitas ainda não foram estudadas. Portanto, é notória a pluralidade das possibilidades de investigação. Pois, esse campo de estudo não atraiu tanta atenção como os outros aspectos socioculturais africanos, possivelmente pelas dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa sobre as designações desses sujeitos.

Portanto, podemos dizer, resumidamente, que o negro dentro da questão linguística só é notado, quando levava-se em consideração o seu domínio do português, expressa na divisão feita entre ladinos e boçais. Logo, as línguas africanas tornaram-se um marcador negativo para o bom desempenho do português

desses sujeitos escravizados. Principalmente porque se tenta excluir ao máximo a participação do negro na história nacional.

Assim, tentamos demonstrar também a ativa participação desses sujeitos na construção da história paraibana, a tanto renegada pelo discurso hegemônico do IHGP. Uma vez que, como demonstramos ao longo deste trabalho, que mesmo a Paraíba estando em uma zona periférica no comércio de almas, a presença desses sujeitos fora uma realidade. Realidade que as fontes vêm a corroborar.

Por fim, esperamos que nossa pesquisa contribua para a representação histórica dos afro-brasileiros na região da Paraíba, principalmente, ao contrariar a construção ideológica sobre a negação da presença africana nessa região. Porquanto, vemos que esses homens e mulheres, sujeitos históricos, circularam por essa capitania/província. Essas histórias foram além da violência do sistema escravista, pois, esses sujeitos criaram mecanismos de sobrevivência, cantaram, dançaram, fugiram, roubaram, choraram, resistiram. Tentamos, portanto, trazer a tona fragmentos das histórias de vida dessas pessoas. Trazer para nosso leitor, em forma escrita, experiências de vida, pois, essas pessoas viveram e devem ser lembradas.

Deram nossos direitos.
Mas, não foram do nosso jeito, meu Deus!
Deram nossa liberdade.
Cadê nossos direitos?
A liberdade não foi do nosso jeito.
Queremos nossa liberdade.
Cadê nossa liberdade?
Cadê nossos direitos?

(Manuel Moraes - Comunidade do Bracuí/RJ. In: MATTOS, Hebe e ABREU, Martha (orgs.). **Jongos, Calangos e Folia**. 2007).

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALKMIM, Tânia. **Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX**. In: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 247-263.
- _____. **Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma reflexão**. In: RAMOS, Jânia Martins; ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho de. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: FALÉ; UFMG, 2007. p. 465-484.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo, 1967.
- AQUINO, Aécio Villar de. Índios, negros, conquistadores e colonizadores da Paraíba. **RIHGP**. n.27, p. 27-34, 1995.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquém. **Guerra e Paz: Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.
- BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (orgs). **Quilombos na Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.
- BASSANEZI, Maria Silvia. **Os eventos vitais na reconstituição da história**. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; DE LUCA, Tania Regina (Org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.
- BAQUAQUA, Mahommah. Biografia de Mahommah Baquaqua. Apresentação de Sílvia Lara. **Revista Brasileira de História**. Vol. 8, n.16, 1988, p.273-274.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **A longa duração**. In.: *História e ciências sociais*. Tradução Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 7-39
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer, Roberto Ferreira Leal. – 2. Ed. ampl. - São Paulo: Unesp, 2012.

- _____. **A escrita da história: novas perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- _____. **A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia.** Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CARVALHO, Álvaro de. A escravidão, fenômeno social como qualquer outro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** João Pessoa, nº 10, p.107-111, 1945.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CHAVES JÚNIOR, Inaldo. **“As duras cadeiras de hum governo subordinado”:** história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c.1755-1799). Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF, 2013.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998.
- DIAS, PEDRO. **Arte da lengoa de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario:** mãe e senhora dos mesmos pretos. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697.
- DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine:** O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção histórica local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.
- FLORENTINO, Manolo. **Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental.** In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- _____. **Casa Grande & Senzala.** 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **A morte como testemunho da vida.** In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013, p. 93-114.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da Escravidão na Paraíba: 1850 – 1888.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

- GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2003.
- GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- _____. **A presença da população africana na cidade da Parahyba do Norte: uma análise a partir dos registros eclesiásticos de batismo (1833-1860)**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178_47a6857c10f1f4c73d5d1e47d2c298e2.pdf
- GUIBAN, Pierre. **Língua: a ambiguidade do conceito**. In: SAVEDRA, M. M. G.; SALGADO, A.C.P (orgs.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- _____. Língua, cultura, religião e nação no mundo e no Brasil. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 01, n. 02, p. 104-126, 2015.
- JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. 3. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.
- KARASCH, Mary. **Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- LARA, Sílvia. **Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII**. In: ALMEIDA, Miguel Valle de. (Org.), *Trânsitos coloniais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002
- LE GOFF, Jacques. **História** In.: *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990
- LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2006.
- _____. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande, século XIX. Recife: UFPE, 2010. Tese de Doutorado. (Doutorado em história).
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.

- LIMA, Ivana Stolze. **Entre o tupi e a “geringonça luso-africana”, eis a língua brasileira.** In: Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 133-192.
- _____. **Escravos bem falantes e a nacionalização linguística no Brasil:** uma perspectiva histórica. Est. Hist., Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 352-369, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000200005&lng=es&nrm=iso>.
- _____. **A língua nacional no Império do Brasil.** In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo H. (Org.). O Brasil Imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro, 2009, v.2.
- _____. **A escravidão na Paraíba:** Historiografia e História. Preconceitos e racismo numa produção cultural. João Pessoa: A união, 1988.
- MAESTRI, Mário. Como era Gostoso Ser Escravo no Brasil: A apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. **Revista Crítica Histórica.** Ano VI, nº 12, Dezembro/2015.
- MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **As sociedades africanas.** In: História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11-61.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** Tradução James Amado. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Humberto. Datas e notas para a história do negro na Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano,** João Pessoa, nº 25, p. 113-122, 1991.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba:** Lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994.
- MELLO, Heliana. **Conceitos linguísticos.** In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.) História Social da língua nacional 2: diáspora africana. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

- MILANEZ, Altamir. O negro e o Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, nº 27, p. 171-175, 1995.
- MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação: Fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba, 1647-1755**. Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2005.
- OLIVEIRA, Elza Régias de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- _____. **Escravidão na Paraíba no século XVIII**. In: Teoria, história e memória. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, 161-182.
- PAIM, Antônio. **Momentos decisivos da história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PAIVA, Yamê Galdino de. **Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX**. Monografia (Licenciatura em História. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- PEIXOTO, Antonio da Costa. **Obra nova de língua geral de Mina de Antonio da Costa Peixoto**: manuscrito da Biblioteca Pública de Évora: publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1731.
- PETTER, Margarida. **Linguagem, língua, linguística**. In: FIORIN, José Luiz (org.) Introdução à linguística. 5.ed., São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Por que estudar línguas africanas no Brasil?. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 197-210, 31 ago. 2018
- _____. **Línguas africanas e línguas do tráfico**. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO Laura do (Org.). História social da língua nacional 2: diáspora africana: Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 345-352.
- PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Revista Afro – Ásia**, n. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77003206>>.

- PINTO, Regina Pahim. **O livro didático e a democratização da escola.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.
- PORTO, Waldice Mendonça. O negro na história paraibana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, nº 25, p. 277-297, 1991.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Uma história de liberdade.** In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 9-23.
- _____.; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____.; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822 - c.1853).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. **Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial.** Portuguese Studies Review, Vol. 14, No. 1, 2006.
- _____. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1977.
- ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Chorographia da Parahyba do Norte.** [1870?], Notação: 4, 3, 23 – Seção de Obras Raras, Biblioteca Nacional/RJ.
- SANTOS, Eurides de Souza. Memória Social: a brincadeira dos cocos na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos-PB. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 59, p. 261-282, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i59p261-282>
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 1969

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SECRETO, María Verónica. Novas perspectivas na história da escravidão. **Tempo**, v. 22, n. 41, p. 442-450, 2016.
- SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e resistência escrava na “Cidade D’Arêa” oitocentista**. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2010.
- SOUZA, Adilio Junior de. A presença de elementos lexicais de línguas africanas no vocabulário nordestino. **Rev. e-ciência**, n.5, vol. 1, p. 5-12, 2017.
- SOUSA, Anicleide de. **Nas veredas do sertão: histórias de vida familiar de escravos no sertão paraibana (Vila federal de Catolé do Rocha, 1830-1860)**, XVII Encontro Estadual de História (v. 17, n. 1, 2016), p.85. Disponível em: e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB

Referências

Fontes da internet

Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

Censo 2010

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN)

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

University of Florida Digital Collections (UFDC)

Diário de Pernambuco

Foram pesquisados os jornais de novembro de 1825 a dezembro de 1830.

Disponíveis em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611>

Legislação

Tratado de Amizade e Aliança Brasil-Portugal, 1825

Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/

Convenção entre Brasil e Grã-Bretanha para a abolição do Tráfico, 1826

Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/1826/convencao-para-a-abolicao-do-traffic-de-escravos/>

Lei 10.639 de 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Disponíveis em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.)

Arquivo Histórico Ultramarino_Conselho Ultramarino_Brasil-Paraíba, Cx.5,

D. 360, 1717.

Correspondências em Códices

CASTRO, Claudio Manoel de. Ofício. . . , chefe de polícia, a Nuno Guedes de Miranda Henriques, delegado de Areia. Secretaria de Polícia, 21 de junho de 1851. **Secretaria de polícia:** correspondência expedidas as autoridades policiais, 1851. fl. 142.

NASCIMENTO, Miguel Joaquim Ayres do. Ofício de. . . , chefe de polícia, a Frederico Carneiro de Campos, presidente da província. Cidade da Parahyba, 11 de novembro de 1845. **Correspondência reservada da Previdência da Província com as diversas autoridades e pessoas de fora da Província - 1859/1864**, fl. 117V.

Jornais

O CRUZEIRO: Jornal Político, Literario e Mercantil, Pernambuco, 1829

O CRUZEIRO: Jornal Político, Literario e Mercantil, Pernambuco, 1830

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1827

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1830

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1831

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1836

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1837

DIÁRIO NOVO, Pernambuco, 1842

DIÁRIO NOVO, Pernambuco, 1846

A ORDEM: Jornal Político, Literario e Crítico, Paraíba, 1849

A ORDEM: Jornal Político, Literario e Crítico, Paraíba, 1850

LIBERAL PARAHYBANO, Paraíba, 1883

A IMPRENSA, Paraíba, 1858

Documentário/Filme:

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha (2007). **Jongos, calangos e folias:** música negra, memória e poesia. Rio de Janeiro, UFF - Petrobras. DVD, col. son.

Discografia:

CAIANA DOS CRIoulos. Desencosta da parede: ciranda e coco-de-roda. Caucaia: Nordeste Digital Line S/A, 2008. 1 CD.